



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PSICOLOGIA**

**TALES SUMEKWA RODRIGUES XERENTE
TICIANO PEDRO MARCOLAN**

**RELAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS:
SABERES, POLÍTICAS PÚBLICAS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Tales Sumekwa Rodrigues Xerente
Ticiano Pedro Marcolan

Relações Entre Psicologia e Povos Indígenas:
Saberes, Políticas Públicas e Possibilidades de Atuação

Monografia apresentada à UFT Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Carolina Souza Pedreira.

Miracema do Tocantins, TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

Xerente, Tales Sumekwa Rodrigues. Marcolan, Ticiano Pedro.

Relações entre Psicologia e Povos Indígenas: Saberes, políticas públicas e possibilidades de atuação . / Tales Sumekwa Rodrigues Xerente. Ticiano Pedro Marcolan – Miracema, TO, 2023.

62 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2023.

Orientadora : Carolina Souza Pedreira.

1. Povos Indígenas. 2. Psicologia . 3. Políticas de Saúde . 4. Saúde Mental.

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TALES SUMEKWA RODRIGUES XERENTE
TICIANO PEDRO MARCOLAN

RELAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS:
SABERES, POLÍTICAS PÚBLICAS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Monografia apresentada à UFT Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Carolina Souza Pedreira.

Data de aprovação: 29/06/2023

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr.(a) Carolina Souza Pedreira - Orientadora - - UFT

Prof.(a) Dr.(a) Daniele Vasco Santos – Examinadora - UFT

Prof. Dr. Odilon Rodrigues de Moraes Neto - UFT

Dedicamos a todos que não vêem nenhuma diferença entre a importância, o valor e o significado da ciência dos brancos e das ciências indígenas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a nossa orientadora Professora Dr^a Carolina Souza Pedreira, por ter aceitado nos auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa e por ter apostado na sua relevância para nossa formação, seu jeito como profissional fez toda a diferença para produção deste trabalho, obrigado por tudo, sua empatia, paciência, esperança, respeito e entendimento pelas nossas limitações, deixamos esse sentimento de gratidão a você.

A Professora Dr^a Glaucia Mitsuko Ataka da Rocha, não podíamos deixar de agradecer, quanto foi importante na nossa graduação, os acolhimentos, os grupos de estudos, projetos de extensão, produção de artigos e participação em congresso, foi a porta de abertura para pesquisa.

Agradecemos a banca, Professora Dr^a Daniele Vasco e o Dr Professor Odilon Moraes, por contribuírem nesse trabalho, desde da avaliação do pré projeto, por aceitar esse convite que se disponibilizou com seus conhecimentos e indicações para o aprimoramento deste trabalho.

Agradecemos nosso grupo de amigos Bigodones, foi uma rede de apoio, durante todo esse período universitário, onde sempre caminhamos juntos, nos estudos, nas pesquisas e principalmente nos momentos de lazer. Obrigados amigos por sempre segurar a mão um dos outros, não deixar ninguém desistir. Valeu Rei Julian(Alex Moura), Recruta (Gabriel Leite) e Kowalski (Matheus Barreira).

Enquanto Tales, gostaria de lembrar e agradecer um grande amigo Thales Castanheira (in memorian), obrigado por apresentar um curso tão significativo a mim. Agradeço os meus pais (Ademar e Ilda) por sempre incentivar a ter um curso superior, principalmente minha mãe que sempre puxou minha orelha, hoje entendo o tão prazeroso ter um conhecimento acadêmico e a importância também. Deixo também esse reconhecimento às minhas irmãs(Tainara, Lanna e Marcivania), por sempre ter me ajudado, principalmente cuidando da minha filha Maria Helena, enquanto estudava. Agradeço meu tio Dr Valci Sumekwã, por me apoiar nos estudos e servindo como uma inspiração acadêmica. Obrigado meus amigos de turma Andreson, Eliel, Gyselly, Lucília e Klayver por ter caminhado juntos nessa carreira acadêmica. Finalizo agradecendo meu amigo Ticiano Javaé por estarmos juntos, compartilhando conhecimento e experiência, considero como um irmão.

Eu Ticiano Pedro, agradeço aos meus pais Walmir Pedro Marcolan e Indinari dos Santos Javaé, por todo amor que recebo, pelo apoio incondicional em cada passo, por estarem sempre comigo, sendo minha base educacional, me repassando valores honrosos que me constitui como pessoa. Ao meu Irmão Eduardo Augusto, um menino sonhador que amo muito. Agradeço meu tio Wilmar Antonio Marcolan, uma pessoa forte que sempre está à disposição para me ajudar.

Quero agradecer minha avó Etelvina Hiolanda Pin Marcolan (in memorian), que me envolveu em seus atos de cuidado na infância, manifestando de maneira doce e singular seu amor. Agradeço a todos os amigos que fiz em Miracema, durante esta jornada na academia, Rodrigo, Dhamires, Darlene, Alex, Gabriel, Matheus, Patrícia, Jarles, Alison, Ademar, Fernando, Felipe, Thiago Galvão admiro todos vocês e a amizade de vocês foi de extrema importância para esse processo. Agradeço a Taciana Sousa Silva pelo companheirismo por sempre estar ao meu lado me apoiando, torcendo sempre com muito zelo e paciência. Por fim agradeço meu irmão de outra etnia Tales Xerente, compartilhamos de experiências e hobbies semelhantes, vivemos várias aventuras juntos, muitos perrengues, mas sempre com um sorriso no rosto, obrigado meu amigo por tudo.

RESUMO

Este trabalho busca entender como se deu a inserção da Psicologia em contextos de trabalho junto aos povos indígenas e de que forma ela pode contribuir com esses povos, numa perspectiva de ampliar a conscientização e o diálogo sobre suas realidades e desafios a partir de nossas próprias vivências como estudantes e futuros psicólogos. O objetivo do trabalho é analisar a linha do tempo das políticas públicas de saúde para povos indígenas no Brasil e observar seu percurso histórico para entender o contexto atual, e conhecer as referências técnicas e debates políticos e acadêmicos capazes de conduzir a formação e o trabalho de psicólogos e psicólogas junto aos povos indígenas no sentido de um comprometimento ético e político significativo. Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa. O trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro nós apresentamos nossa origem e etnia, expondo vivência como estudante de psicologia. No segundo apresentamos uma análise a partir da pesquisa documental sobre o histórico das políticas públicas no âmbito da saúde para os povos indígenas. No terceiro construímos uma linha do tempo sobre eventos e debates acadêmicos e políticos no Brasil acerca da relação entre povos indígenas e a psicologia, além da apresentação de alguns materiais produzidos por diferentes instituições, grupos de trabalho e grupos de pesquisa. Por fim no quarto capítulo foi inspirado no livro “Cartas para o Bem Viver”, publicado em 2020 e organizado por Rafael Xucuru Kariri, onde escrevemos uma carta para nossos(as) futuros(as) colegas psicólogos(as) buscando refletir a aproximação da psicologia com as questões indígenas nas questões de saúde mental. Esperamos que esse trabalho possa contribuir para a superação de todas as formas de discriminação inspirando mudanças positivas e ampliando o respeito e a valorização de todas as culturas e identidades.

Palavras Chaves: Povos Indígenas. Psicologia. Políticas de saúde. Saúde Mental.

ABSTRACT

This work seeks to understand how Psychology was inserted in work contexts with indigenous peoples and how it can contribute to these peoples, in a perspective of increasing awareness and dialogue about their realities and challenges based on our own experiences. as students and future psychologists. The objective of this work is to analyze the timeline of public health policies for indigenous peoples in Brazil and observe their historical path to understand the current context, and to know the technical references and political and academic debates capable of conducting the training and work of psychologists together with indigenous peoples towards a significant ethical and political commitment. This is a bibliographical and documentary research with a qualitative approach. The work is divided into four chapters: in the first we present our origin and ethnicity, exposing our experience as a psychology student. In the second, we present an analysis based on documentary research on the history of public policies in the field of health for indigenous peoples. In the third, we build a timeline of events and academic and political debates in Brazil about the relationship between indigenous peoples and psychology, in addition to presenting some materials produced by different institutions, work groups and research groups. Finally, the fourth chapter was inspired by the book “Cartas para o Bem Viver”, published in 2020 and organized by Rafael Xucuru Kariri, where we wrote a letter to our future psychologist colleagues, seeking to reflect the approximation of psychology with indigenous issues in mental health issues. We hope that this work can contribute to overcoming all forms of discrimination, inspiring positive changes and increasing respect and appreciation for all cultures and identities.

Keywords: Indigenous Peoples. Psychology. Health Policies. Mental Health.

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Grupos, eventos e publicações organizadas sobre o tema.	36
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do rio Araguaia e Ilha do Bananal no Brasil.....	19
Figura 2: Hetohoky, 2023.....	20
Figura 3: Construção da Casa do Aruanã, na Aldeia Canoanã.....	21
Figura 4: Mapa de localização das aldeias Akwẽ -Xerente.....	24
Figura 5: Pintura corporal.....	26
Figura 6: Fotografia tirada na aldeia Salto Kripre no município de Tocantínia no ano de 2021.	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPISI	Articulação Brasileira dos(as) Psicólogos(as) Indígenas
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNP	Congresso Nacional de Psicologia
CNPSI	Conferência Nacional de Proteção à Saúde Indígena
CRP	Conselhos Regionais de Psicologia
DSEIs	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EVS	Equipes Volantes de Saúde
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PNASPI	Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUSA	Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade Nacional de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA	16
3	QUEM SOMOS	18
4	PSICOLOGIA, POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E POVOS INDÍGENAS	27
4.1	Assistência à Saúde Indígena.....	29
4.2	Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena	31
4.3	Saúde Mental em Contexto Indígena.....	34
5	ALGUMAS REFERÊNCIAS PARA A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS.....	36
5.1	Materiais para Atuação	46
6	CARTA PARA NOSSOS(AS) FUTUROS(AS) COLEGAS PSICÓLOGOS(AS)...	52
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Os povos indígenas do Brasil têm em seu passado uma ferida profunda marcada a ferro e correia de couro, uma invasão onde a história é testemunha das barbáries cometidas pelos colonizadores. Guerras, doenças, escravidão, genocídio, etnocídio e várias outras formas de violência que por pouco não eliminaram por completo os povos originários deste país. Não que esses povos não conhecessem conflitos, doenças e outros males. A discrepância é que nos anos da colonização portuguesa, iniciada há mais de quinhentos anos, existia (e ainda persiste) um projeto político, econômico e civilizatório de dominação cultural, de caráter mundial e centralizador (VALENTE, 2017).

As culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudança sociocultural, enfraquecendo as matrizes cosmológicas e místicas em torno das quais giravam toda a dinâmica da vida tradicional. A política implementada no período colonial visava o extermínio dos mais diferentes povos, considerados “entraves ao desenvolvimento” e, assim, o destino dos povos indígenas sempre foi traçado nos termos do dominador (GARNELO, 2014).

Há uma grande diferença entre os milhões de povos nativos que habitavam as terras que hoje chamamos de Brasil, desde milhares de anos antes da chegada dos portugueses, e as centenas de povos denominados indígenas que atualmente compõem os 0,26% da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Os indígenas resistem para lembrar e viver a memória histórica, orientados pelos conhecimentos e pelos valores herdados dos seus ancestrais. Viver a memória dos ancestrais significa projetar o futuro a partir dos valores, dos conhecimentos e das experiências do passado e do presente, para garantir uma vida melhor para todos. Dessa maneira, os povos indígenas não são seres ou sociedades do passado, os povos existem e representam uma parcela da população brasileira. A fragilidade com que vivem até hoje é uma das características mais presentes, não pelo fato de sua cultura, história ou pelos próprios indígenas serem frágeis, mas pela forma com que foram e que ainda são inseridos na sociedade brasileira (MARTINS, 2013).

Para os povos indígenas, isso resulta em grande atraso em relação aos avanços sociais verificados no país ao longo das últimas décadas, particularmente nos campos da saúde, educação, habitação e saneamento. Estudos realizados em diversas etnias a partir dos anos de

1990 têm destacado o contexto das desigualdades sociais em saúde que marcam a fronteira entre ser indígena e não indígena no Brasil.

Os povos indígenas desde os tempos anteriores à colonização europeia possuem seus sistemas tradicionais de cuidado e cura, que articulam os diversos aspectos da sua organização social e da sua cultura, a partir do uso das plantas medicinais, rituais de cura, e práticas diversas de promoção da saúde, sob a responsabilidade de pajés, curadores e parteiras tradicionais. As medicinas tradicionais são diferentes, mas não menos importantes do que a medicina ocidental, e devem estar sempre presentes em qualquer trabalho de saúde com povos de culturas diferenciadas (BRASIL, 2013).

Há tempos vem se discutindo as políticas acerca da saúde dos povos indígenas do Brasil, com o apoio de aliados e parceiros, mobilizações do movimento indígena e das organizações que atuam no campo da saúde, com o objetivo de exigir que o Estado brasileiro estruture políticas que possibilitem a atenção diferenciada aos povos indígenas. Desde essa época até os dias atuais foi necessário que se houvesse métodos de atenção indígena que pudessem suprir as necessidades de saúde dessa população. Muito já foi executado em favor da saúde indígena, e que atualmente, no que tange o modelo de atenção em saúde vigente se é reservado uma atenção especial para os índios¹ em todo o território nacional (PAIM, 2002).

A inserção da Psicologia junto aos povos indígenas ainda é recente, mas é necessário superar a tradição etnocêntrica que fundamenta a Psicologia e construir para uma nova Psicologia que atenda às demandas urgentes dessa população. O trabalho do psicólogo e da psicóloga, nesse contexto, requer um compromisso ético e político com as lutas históricas dos povos indígenas, incluindo a não reiteração de relações de poder, a produção de conhecimento comprometido socialmente, a promoção de discussões sobre políticas públicas e a defesa dos direitos indígenas, contribuindo para a autodeterminação de todos os povos. Para isso, é preciso despojar a psicologia de seu viés colonial, em outras palavras:

Descolonizar a psicologia significa encharcá-la de interculturalidade multiétnica, dotá-la de tamanha diversidade a ponto de que qualquer compreensão sobre subjetividade possa ser construída a partir de referenciais próprios de cada pessoa, coletivo, território ou povo. Significa alargar a compreensão do ser humano a cosmologias secularmente colocadas à margem na construção dos saberes (LACERDA, 2022, p. 11).

Desta forma, a pesquisa que deu origem à presente monografia teve o intuito de responder o seguinte problema: Quais são as políticas públicas de saúde e quais são os

¹ O termo utilizado pelo autor no ano de 2002.

materiais acadêmicos e institucionais que podem orientar práticas psi conduzidas por psicólogos indígenas dentro e fora de seus territórios? Esse trabalho de conclusão de curso foi conduzido por dois estudantes indígenas do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema, motivados pelas conversas em nossas comunidades de origem sobre a necessidade de aproximação entre as práticas institucionais de profissionais da psicologia e os saberes e demandas dos povos indígenas. O objetivo do trabalho é analisar a linha do tempo das políticas públicas de saúde para povos indígenas no Brasil e observar seu percurso histórico para entender o contexto atual, e conhecer as referências técnicas e debates políticos e acadêmicos capazes de conduzir a formação e o trabalho de psicólogos e psicólogas junto aos povos indígenas no sentido de um comprometimento ético e político significativo.

De acordo com Booth et. al, “pode-se aplicar a solução de um problema de pesquisa à solução de um problema prático, mas não é mudando alguma coisa na realidade que se resolve o problema de pesquisa, e sim aprendendo mais sobre um assunto ou entendendo-o melhor.” (BOOTH *et al.*, 2008). O problema da nossa pesquisa foi definido a partir da necessidade de organizar um guia para o processo de transformação de estudantes de graduação. Para psicólogos formados pode-se dizer que é um problema de ordem prática que nos leva a querer ir mais a fundo na relação entre as práticas psi e os povos indígenas, considerando nossa identidade étnica e a lacuna de disciplinas e debates sobre esse tema ao longo da graduação.

A monografia está dividida em quatro capítulos: no primeiro, faremos uma apresentação de nossas histórias e trajetórias; no segundo, vamos debater acerca da linha do tempo das políticas públicas de saúde no contexto indígena; no terceiro traz uma compilação de textos e referências no entrecruzamento entre psicologia e povos indígenas, e no quarto capítulo trazemos uma contribuição em forma de carta para futuros colegas psicólogos e psicólogas sobre os desafios e caminhos em nossa construção como acadêmicos e profissionais.

O curso de Psicologia do Campus de Miracema está localizado próximo a terra indígena Xerente e com grande número de discentes indígenas de variadas etnias, tem como uma de suas bases o viés intercultural. Essa proximidade territorial e o fato de ambos os pesquisadores serem indígenas justifica a necessidade de pensar práticas psicológicas que coloquem em diálogo saberes científicos e os saberes de povos indígenas que vivem no território brasileiro. A realização e efetivação desse diálogo se mostra um grande desafio no âmbito acadêmico, pois ainda são grandes as barreiras para que os conhecimentos tradicionais sejam acolhidos e tratados com seriedade nas universidades.

A pesquisa se justifica também considerando que há pouca produção científica sobre esse importante tema para a Psicologia e também para outras áreas do conhecimento. Esse

trabalho, assim, propõe contribuir para que as discussões sobre essa temática sejam realizadas e conduzidas, em especial no Curso de Psicologia da UFT.

2 METODOLOGIA

A pesquisa que origina a presente monografia pode ser definida como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica está presente em quase todas as atividades acadêmicas e é desenvolvida com base em material elaborado por outras pessoas e que se constitui de livros e artigos científicos. Segundo Antônio Gil, “ a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 2008). A pesquisa documental, por sua vez, se diferencia da pesquisa bibliográfica na característica das fontes. Ela se define pela utilização de fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente pelos autores da pesquisa, ainda que possam ter sido analisados por outros pesquisadores em seus trabalhos.

Diferenciar uma fonte de pesquisa bibliográfica de uma documental pode ser desafiador. Para Gil, “é possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental, que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura”.¹ Para lidar com essa dificuldade, optamos por separar a análise em capítulos diferentes. Assim, o Capítulo 2 apresenta uma análise a partir da pesquisa documental sobre o histórico das políticas públicas no âmbito da saúde para os povos indígenas. Ao analisar essa linha do tempo, procuramos observar se a construção está alinhada aos princípios de respeito à diversidade cultural, participação social e valorização dos saberes tradicionais. Já no Capítulo 3, temos uma linha do tempo sobre eventos e debates acadêmicos e políticos no Brasil acerca da relação entre povos indígenas e a psicologia, além da apresentação de alguns materiais produzidos por diferentes instituições, grupos de trabalho e grupos de pesquisa.

Os documentos que embasaram a análise da história das políticas públicas relacionadas à saúde dos povos indígenas foram coletados tanto *online* quanto presencialmente em reunião realizada com gestores do DSEI Tocantins em Palmas em 2022. Os documentos disponíveis na internet podem ser encontrados no endereço eletrônico da SESAI. No terceiro capítulo, os materiais escolhidos para análise foram livros e manuais, excluindo, assim, artigos publicados em periódicos ou outros veículos de comunicação científica. Nessa etapa da pesquisa, foi realizado um levantamento de eventos e debates que relacionaram psicologia e povos indígenas e os materiais técnicos e científicos deles derivados, conforme relacionado na Tabela 01. Outros textos acadêmicos publicados em formato de livros (eletrônicos e/ou impressos) foram

¹ *ibidem*, p. 46.

utilizados como referencial bibliográfico para amparar a análise e elucidar os desafios às práticas de psicólogos e psicólogas que atuam junto aos povos indígenas. Textos produzidos por intelectuais e psicólogos indígenas foram priorizados especialmente na organização dessa etapa de pesquisa.

3 QUEM SOMOS

Ticiano Pedro Marcolan. Nasci no dia onze de julho de 1996 na cidade de Barra do Garças, Mato Grosso, filho de mãe indígena da etnia javaé e pai imigrante da região Sul. Sempre morei em contexto urbano, mas sempre estava presente em minha comunidade imerso aos costumes e ritos. Em nossa cultura os ensinamentos são passados de forma oral para as futuras gerações.

Nossa cultura é uma das mais antigas e interessantes ainda existentes no Brasil, e que há séculos é responsável por preservar costumes e tradições ancestrais, possuindo um vasto acervo de conhecimentos sobre o meio ambiente, a caça, a agricultura e a pesca, que são passados de geração para geração. Com conhecimento artístico, confecção de artesanatos de diversos materiais como palha, couro, madeira, sementes, entre outros. Possuímos uma rica herança musical, que inclui músicas, danças e cantos, além do vasto conhecimento sobre medicina tradicional, que é usada para tratar enfermidades e doenças. Essas práticas são baseadas em remédios feitos de plantas, que são usados para curar e tratar diferentes afecções. Habitamos na Ilha do Bananal, às margens do Rio Javaés, no Estado do Tocantins. A Ilha do Bananal é dividida entre os territórios dos povos Javaé e Karajá e o Parque Nacional do Araguaia, com uma extensão territorial de cerca de 19.162 km², é considerada a maior ilha fluvial do mundo. Em toda sua extensão, a Ilha tem vários lagos e áreas inundáveis no período da cheia do rio Araguaia e rio Javaé, entre os meses de novembro e março aproximadamente.

É uma região de transição entre os biomas do Cerrado e da Amazônia, do lado do rio Javaés, lado leste da Ilha estão os indígenas Javaé, enquanto ao lado do rio Araguaia, a oeste da Ilha estão os Karajá, na divisa com o estado de Mato Grosso. No Mapa 1, é possível visualizar a extensão da Ilha do Bananal em relação ao território brasileiro.

Figura 1: Mapa do rio Araguaia e Ilha do Bananal no Brasil.



:<http://journals.openedition.org/aa/docannexe/image/402/img-1.jpg>

Os Javaé, assim como os Karajá e Xambioá, são falantes de línguas semelhantes pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, além da linguagem têm em comum muitas de suas pinturas corporais e ritos. Autodenominamos como povo Inỹ, que significa “gente” ou “ser humano”, utilizamos também o etnônimo Itya Mahãdu (O Povo do Meio), onde o “meio” é o lugar em que vivemos. Existe três planos cosmológicos em nossa cultura, o subaquático; onde inicialmente era habitado pelos inỹs e se encontra a ligação ancestral; os humanos originais que subiram da plano anterior para o mundo de fora onde nós se encontramos agora e o mundo celeste habitado por seres místicos como alguns Aruanãs, relacionado à natureza.

O conhecimento sobre os planos cósmicos é um atributo dos xamãs, os únicos capazes de se comunicarem com os seres cosmológicos. Sendo eles os responsáveis pela comunicação entre os planos onde vivem os Aruanãs, eles “veem” e “ouvem” sobre quais brincadeiras e alimentos que os Aruanãs querem que sejam celebrados, repassando as danças e os cantos, semelhante ao que se é realizado no mundo subaquático das raízes ancestrais. Os xamãs podem ser nomeados como “Hory” que realizam feitiço tanto maléfico quanto benéfico e os “Pajé” que são responsáveis pelos rituais de cura.

São vários os rituais presentes em nossa cultura, desde o nascimento, no qual a criança é limpa pelos seus parentes próximos e os mesmo fazem o pedido de “Botuhe”. Nesse momento, os pais têm que dar um objeto do agrado do parente que esteja em posse dos pais. Outro rito é o “Hetohoky”, que representa a passagem do menino de criança para adolescente, esses meninos quando passam na fase da adolescência são educados pelos espíritos surgindo do fundo da água e da mata para educar os adolescentes, que são chamados de “jyre”, sendo autorizado a ir na casa do Aruanã, onde os homens se reúnem, contam histórias dos antepassados, mitos, músicas e outros assuntos que são contados somente para os “jyre”.

Figura 2: Hetohoky, 2023.



Fonte: Fotos do arquivo pessoal.

Nossa comunidade se estrutura com as construções das casas, acompanhando as margens do rio com uma grande casa recuada na mata chamada casa do Aruanã, onde são

realizados cerimônias e ritos pelos xamãs e lideranças do sexo masculino. Em grande parte das comunidades há salão para confraternização, reuniões e rodas de conversas, um Posto de Saúde e uma escola.

A Organização Social é composta por alguns agentes sociais posicionados, além da pessoa do “Pajé ou Hory” (liderança de aconselhamento e “religiosidade”), são os Caciques (articuladores de questões políticas), os Conselheiros (frente para tomada de decisões coletivas) e profissionais na área da educação e agentes indígenas que atuam na área da saúde.

Figura 3: Construção da Casa do Aruanã, na Aldeia Canoanã.



Fonte: Foto de Sydnei Javaé, Aldeia Canoanã, 2016.

Minha trajetória acadêmica iniciou no ano de 2014 na Universidade Federal do Tocantins no curso de Engenharia Civil, pelo programa de cotas nas universidades, por questão de adaptabilidade e falta de identificação com o curso, acabei retornando para meu seio familiar. No entanto, esta experiência serviu como aprendizado e de conhecer a academia e perceber a importância do sistema de cotas nas universidades. A participação de alunos de grupos historicamente excluídos da educação superior, como pessoas negras, indígenas e de baixa renda.

Ao estabelecer este sistema, as universidades dão oportunidades a esses grupos, que historicamente são discriminados e têm menores chances de acesso ao ensino superior, a partir da adoção das cotas podemos ter acesso a essa educação de qualidade. Além de contribuir para que a universidade tenha um ambiente mais inclusivo ao diversificar a população

universitária, é possível aumentar a tolerância e o respeito entre os alunos de diferentes grupos socioeconômicos e culturais, o que é de grande importância para a formação acadêmica.

As cotas têm efeitos positivos, que ajudam a reduzir a desigualdade e promovem a inclusão na educação superior. É importante que as universidades continuem a implementar políticas que promovam a diversidade e a inclusão, dando oportunidades a todos os estudantes de ter acesso a uma educação de qualidade e a permanência nesses espaços.

Meu interesse pela área da Psicologia se deu pelo fato de que minha comunidade passa por vários problemas, especialmente por conta do consumo de álcool e outras drogas e por alarmantes números de violências, inclusive as autoinfligidas. Em 2017, ingressei no curso de Psicologia para me aproximar do conhecimento científico e para poder retornar e trabalhar com as populações indígenas, compreendendo a complexidade dessa relação intercultural se tratando de outra cosmologia, outro universo cultural, diferentemente de outros grupos sociais vulneráveis.

O curso de Psicologia me proporcionou experiências únicas e enriquecedoras, desde o primeiro dia, fui bem recepcionado pelos colegas veteranos e professores, tive uma boa relação interpessoal com todos, as relações que estabeleci ao longo da graduação foram cruciais permitindo compartilhar ideias, experiências, desafios, obter conselhos e orientações, por meio delas pude ter acesso a diferentes perspectivas e ampliar meus conhecimentos sobre diversos assuntos. Estas relações me ajudam a crescer como indivíduo, profissional e social.

Tales Sumekwa Rodrigues Xerente, nasci 10 de julho de 1996, em Miracema do Tocantins, filho de uma professora indígena Xerente e um pescador artesanal migrante do norte do Goiás e também neto de um saudoso casal Dona Isabel Waikwadi, e do Pajé Deoclides Simsari, *in memoriam*.

Cresci vivenciando dois mundos, aldeia e cidade, tendo uma experiência parecida com outros parentes indígenas, a experiência de ser um indígena no seu território (aldeia) e de ser um indígena na cidade, são dois lugares bastante diferentes. A moradia na cidade foi uma forma de facilitar acesso aos estudos, porque na época eram poucas escolas nas aldeias. Mas sempre ficava na aldeia, principalmente nos finais de semana.

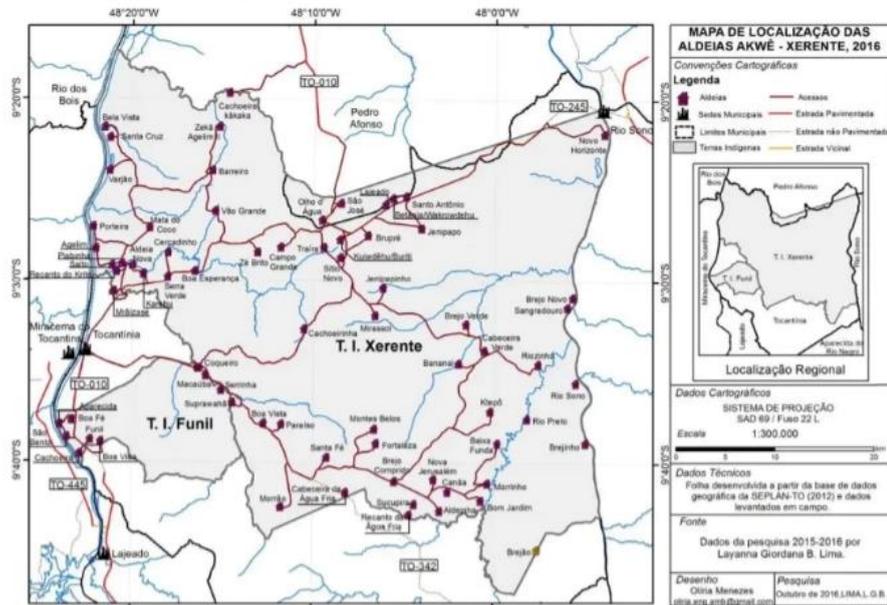
Quando estava na aldeia, sempre gostei de fazer observação dos rituais, eventos culturais, os comportamentos e outros acontecimentos. Essa lógica foi me transformando em uma pessoa mais preocupada em relação ao meu povo, não só no sentido de ser somente um membro da comunidade, mas também no sentido de poder contribuir para demais como os meus antepassados contribuíram.

Quando iniciei a carreira acadêmica, pensei em um curso que pudesse criar instrumentos ou mecanismos que favorecessem as nossas comunidades indígenas. Então em 2016 entrei no curso de Ciência da Computação da Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas, com o objetivo de poder utilizar o recurso que esse meio acadêmico oferece para poder criar ferramentas que favorecessem as demandas que assim tinha observado. Neste sentido, lembro ter dado início a um projeto de um aplicativo tradutor de linguagem, mas por falta de adaptação e acolhimento no campus, acabei desistindo do curso.

Em 2018, por convite de um saudoso amigo, voltei para mundo acadêmico, no curso de Psicologia e um campus tão próximo ao nosso território, o campus que tem o nome da nossa casa de aprender (Warã), fez bastante sentido para o objetivo anterior de ter uma formação que pudesse contribuir com as demandas apresentadas. Então, a psicologia trouxe um conhecimento essencial de poder ajudar a comunidade que tal pertença.

O nosso território Xerente fica na margem direita do Rio Tocantins no Estado do Tocantins, próximo aos municípios de Rio Sono, Pedro Afonso, Miracema, Aparecida do rio Negro, Lajeado e Tocantínia. Somos conhecidos também por Akwẽ, uma expressão que usamos para enfatizar que alguém é Xerente puro ou verdadeiro. Essa região onde nossa comunidade vive, foi demarcada no ano de 1976 e foi homologada em 1989 após criação do estado do Tocantins, aproveitando o embalo da constituição de 1988. Segundo os pesquisadores, nossa etnia já vive nessa região do norte do Goiás (atualmente Tocantins) desde do século XIX, O autor Schroeder (2010) afirma na sua pesquisa bibliográfica que no ano 1810, Xerente habitou entre os rios Manuel Alves Grande e Manuel Alves Pequeno e nos sertões do Duro, hoje seria próxima ao território dos parentes Krahô, conhecida a região por Craolândia. Anos depois, em 1851 o mesmo autor afirma que o frei Rafael de Taggia fundou o aldeamento Theresa Christina, depois passou a se chamar de Piabanha, atualmente essa região de Tocantínia, nesse lugar reuniu 2.139 Xerente e Xavante. Outro dado é a separação da nossa etnia com parentes Xavante, por termos uma cultura e linguagem tão semelhantes, não sabemos uma data definitiva de quando foi essa separação, somente relatos feito por pesquisadores e mitos contados por gerações de nossos anciões.

Figura 4: Mapa de localização das aldeias Akwẽ -Xerente



Fonte: <https://territorioindigenaxerente.com.br/>

No final do século XIX, tem uma história de protagonismos muito interessante, publicada no livro *Catequese dos índios do Brasil. Notícias e documentos para a história*. (1896-1911), relatado neste pela professora Leolinda Daltro Figueiredo uma viagem feita em julho de 1896 pelo cacique Joaquim Sepé Brasil Xerente e seus companheiros Domingos (Debaqueró), Sebastião (Dabanharim), Marcellino (Decapsicuá) e Bernardo (Cumenancé) até capital do Brasil na época (Rio de Janeiro) em busca de conseguir recursos, como ferramentas, armas, vestuário e a instalação de escolas em suas aldeias, segundo escreve a autora. No meu ponto de vista, acredito também que tinha uma demanda sobre a questão da saúde, porque é notável que há diverso resultado de pesquisa nesse período da população sofria de endemia de doenças por aumento do contato com população não indígena. Após um período fincado no Rio Janeiro, eles conseguiram falar com o Presidente da República, Prudente de Moraes, mas por falta de verbas e interesse político, não tiveram suas demandas atendidas. Assim, Leolinda veio como professora voluntária em nossas aldeias na época.

Alguns autores citam em suas pesquisas etnologia que uma parte de nós no séculos anteriores, subsistiam como viajante ou nômade, sem um local definitivo de moradia, viviam viajando pelo Brasil, chegando a ter conhecimento do sul do Goiás, Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio Janeiro. O autor Wells (1886) afirma de uma possível visita do nosso grupo ao imperador Dom Pedro II em 1870. Nessa volta trouxe diversas lembranças, dando até um nome próprio para o imperador de “Sliemtõi”. Através desse registro, me faz afirmar alguns narrativas contadas pelo os mais velhos, no qual tive experiências pessoalmente de ouvir as histórias, nessas narrativas tem as coisas boas, natureza preservada, um grande quantidade de

alimentos naturais, como calça, peixe e frutas e também dos episódio ruim de violências, ospreconceitos e também a negligência que passava para sobrevivem fora das aldeias, era período que tinha poucas políticas voltada para nós indígena.

Uma dessa história achei importante ta compartilhando, foi um trajeto feito no sentido de Mina Gerais, enquanto voltavam pelo o interior do Goiás, próximo a região de Uruaçu encontraram um criança negra que tava fugitiva de maltrato familiar, desesperada acompanhou o grupo de andarilhos, onde fizeram o acolhimento dessa criança, por coincidência essa criança mais tarde transformou em minha avó, desde desse primeiro contato, ela nunca mais teve vontade de morar onde nasceu, aprendeu a língua, cultura e as crenças xerente, assim vivenciou toda sua vida em prol da comunidade, como parteira, conselheira, curandeira e até como primeira moradora e fundadora de um maior aldeia Xerente, conhecido como aldeia Salto Kriprê, onde pertenço. O conhecimento que ela me deixou sobre nosso povo, onde sempre estava envolvida na saúde coletiva ou individual, vai auxiliar muito quando estiver atuando como profissional na comunidade.

Nossa etnia no último censo do IBGE tem aproximadamente 3.152 parentes (IBGE, 2010), em média de 80 aldeias, mas esse número no século anterior foi bem menor, o famoso Etnólogo Curt Nimuendaju, teve um grande contato com população indígena e principalmente Akwe-Xerente, segundo um censo que fez no ano 1930 nós tinha uma população de aproximadamente 500 pessoas, sete anos depois em 1937 a população teve uma queda significativa da quantidade para 300 pessoas, também relatando um grande número de akwe doentes nesse período, foi quase um risco de extinção por falta de apoio federal, com menos ocorrência ainda acontece até dia hoje, algumas etnias estão quase desaparecendo. Mas ao analisar nós, akwê por ser um grupo bastante guerreiro, mesmo com impacto ambiental de hidrelétrica e pressão agrícola em volta do nosso território, conseguimos ter um aumento da nossa população como forma de resistência, mostrando a quantidade e grandeza do nosso povo, mas mesmo assim nós somos preocupados com o futuro.

A nossa língua materna e o “akwê”, a qual é falada também pelo parente Xavante do Mato Grosso, com algumas diferenças, porém é compreensível, outra etnia também fala a língua semelhante são os Xakriabá de Mina Gerais. Pertencemos à família linguística “Jê”, também outras línguas indígenas do Brasil fazem parte dessa família, mas não compreensíveis para nós como as citadas acima. Dentre eles estão os Apinajé, Timbira, Canela, Krahô, Gavião, Krikati, Kayapó, Gorotire, Kararaô, Kokraimoro, Kubenrankegn, Menkrangnoti, Txukahamãe, Xikrin Kaingang, Kaingang, Suyá, Tapayuna, Panará e Xokleng. Fazemos parte do tronco “Macro-Jê” que é bem amplo e agrega diversas línguas indígenas, a qual pertencem

também os Bororo, Umutina, Krenak, Guató, Javaé, Karajá, Maxakali, Pataxó, Ofaié, Rikbaktsa e Yaté. Essas línguas apresentam diferenças maiores em relação a nossa, porém não perdem, de todo, a sua identidade com elas. São parentes mais distantes, diríamos. Outro ponto importante é que a maioria de nós akwê é bilíngue na fase adulta. Falamos português brasileiro e akwê.

Temos uma organização social dividida em duas metades e clãs. Cada metade social possui três clãs, uma metade e “Doi” dentro dela tem os clãs Kuzã, Kbazi e Krito e na outra metade “Wahirê” possui os clãs Wahirê, Krozake e Krãiprehi. A filiação aos clãs é patrilinear ou seja através do clã paterno que dar continuidade, meu pai por exemplo, por não ser akwê, foi adotado por um familiar da metade Doi e do clã Kuzã e assim ganhei o mesmo, dando a continuidade para minha filha, já ela não pode dar continuidade deste clã. Dentro desse sistema, não é normal ter casamento de pessoa do mesmo clã, seria antiético dentro da cultura, como se tivesse casado com o próprio parente. O quadro abaixo mostra o desenho da pintura corporal de cada clã.

Figura 5: Pintura corporal.

Metades	Doi	Pinturas	Wahirê	Pinturas
Clãs	Kuzã (Kunmã)	⊙ ⊙	Wahirê	
	Kbazi (Insrõ)	⊙ ⊙ ⊙	Krozaké (Ïsake)	≡ ≡ ≡
	Krito (Insibdu)	⊙ ⊙ ⊙	Kremprehi	⊙≡ ⊙≡ ⊙≡

Fonte: Nolasco (2006)

Esse pertencimento clânico é bastante importante para nós, dele surgem uma identidade individual e ao mesmo tempo um pertencimento de um grupo familiar, por exemplo, além dos parentes mais próximos como tios, primos, irmãos e avós dentro daquela aldeia, também temos consideração o parente de clã, nesse sentido muito não indígenas acaba confundindo que todos nós akwê somos parente próximo um do outro, na verdade é somente um falta de entendimento da cultura. Essa organização do clã acaba sendo uma rede de apoio para cada um, por exemplo, mesmo que você esteja em outra aldeia sem nenhum parente de sangue, mas tem um pessoa que pertence ao mesmo clã e válido também como familiar, isso influência também é um proteção na vida social no caso de um conflito ou algo parecido. Na foto abaixo, estou com minha filha em uma festa cultural, com pintura corporal do nosso clã Kuzã.

Figura 6: Fotografia tirada na aldeia Salto Kripre no município de Tocantínia no ano de 2021.



Fonte: Arquivo pessoal

Somos uma sociedade gerontocrática, nossos idosos são muito respeitados. São chamados de *Īptokrda* ‘Amadurecidos’ e são eles os que formam o Conselho de Anciãos que governam os relacionamentos inter-pessoais nas aldeias ou até fora também por questão política ou algo parecido. Sua palavra sempre é respeitada e é a palavra final, em qualquer assunto. Nesse sentido, o mais velho sempre é quem manda, até no assunto de casa, o irmão mais velho tem que ser respeitado. Além disso, os idosos são quem preservam toda a cultura, boa parte deles não tem conhecimento da escrita, mas guardam em memória e são passado de forma oral para os demais, assim da continuidade da cultura e linguagem, também graças à tecnologia que temos hoje, muito desse saberes está sendo arquivado.

Além dessas informações citadas acima sobre nossos povos, Javaé e Xerente, é bom lembrar que somos somente duas etnias das mais de trezentas que existem no Brasil, cada uma com sua característica diferente, culturas, línguas, lugares, mitos, comportamentos e etc. Vamos dar continuidade às interlocuções entre povos indígenas e a psicologia nos capítulos seguintes. Psicologia, Políticas de Assistência à Saúde e Povos Indígenas

A relação entre psicologia e povos indígenas é uma conexão muito recente em comparação às outras ciências, como a antropologia, por exemplo. Há algum tempo, um pequeno número de psicólogos vem fazendo pesquisa com esses povos, mas com envolvimento bem limitados, focando mais nas pesquisas acadêmicas.

A partir do Congresso Nacional de Psicologia do ano 2001, ocorreu um marco inicial para abertura desse elo entre psicologia e povos indígenas, colocando como inserção da Psicologia nas questões relativas aos povos indígenas brasileiros contribuindo para o fortalecimento das diversas etnias e trabalhando na defesa dos direitos humanos e civis. A partir desse marco inicia-se um novo olhar da ciência psicológica para os povos indígenas no Brasil (BERNI, 2017).

Em 2004, após essa junção e preocupação do conselho federal de Psicologia (CFP), surge, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o primeiro Seminário Nacional Subjetividade e Povos Indígenas. Nesse encontro reuniu diversos protagonistas importantes para o início da criação de uma psicologia direcionada aos povos indígenas.

Desde então, uma série de ações visando a promoção de diálogos entre psicólogos, lideranças indígenas e profissionais de áreas afins, como os da saúde, antropólogos, assistentes sociais, educadores e historiadores resultou na produção de recomendações aos psicólogos no trabalho com populações indígenas, publicadas pelo Grupo de Trabalho Psicologia e povos indígenas do Conselho Regional de Psicologia, 6ª região, São Paulo (CRP/SP, 2010).

Esta parceria com os povos indígenas tinha como questão principal dar-lhes voz, promovendo o 3º Ciclo de Debates Psicologia e Povos Indígenas, realizado no ano de 2016, em três universidades do estado de São Paulo, acolhendo diversas etnias e profissionais, compartilhando saberes indígenas e saberes científicos no intuito de buscar soluções para o sofrimento dos povos tradicionais.

A prática de envolver os indígenas em debates, mesas redondas e em eventos importantes demonstra o quanto a Psicologia está preocupada em atender e acolher as dificuldades dos povos indígenas. Godoy (2016) alerta que antes de tudo, o psicólogo deve conhecer o lugar que irá ocupar em relação ao outro, não devendo possuir um pensamento utópico ou pessoal, mas sim conhecer a cultura que está estudando e deixar transpassar se por ela. É a partir dessa experiência que a psicologia irá compreender as questões indígenas. O autor relata também que a população indígena não carece que lhes deem voz, pois a mesma já possui, é preciso dar lhes ouvidos.

Cabe à Psicologia, enquanto aliada, investir na produção de conhecimento que firme posição e que dialogue com povos indígenas no rompimento das práticas de silenciamento e invisibilização. A atuação do psicólogo deve ser voltada por meio da escuta, o que favorece o fortalecimento da relação Psicologia e povos indígenas, assim como promover o protagonismo desses indivíduos na sua busca por perspectivas emancipatórias.

A psicologia tem buscado fortalecer vínculos com a população indígena, assim como

vem se empenhando na busca por soluções para suas demandas. Por meio dessas ações ela tem conquistado resultados positivos e gradativamente se tornando mais plural. A atuação da psicologia deverá contribuir para a elaboração de políticas públicas que levem em consideração a subjetividade e diversidade dos povos. Como recomendação aos psicólogos, os mesmos devem se fazer presente nas equipes de saúde, principalmente no enquadre da saúde mental, e auxiliar no enfrentamento dos sofrimentos psíquicos existentes (CRP/SP, 2010).

3.1 Assistência à Saúde Indígena

Na década de 1910, as autoridades sanitárias estavam preocupadas com o número de denúncias de abandono e doenças no interior do Brasil. Este cenário motivou os primeiros debates e viagens científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz. Os cientistas deste instituto logo tiveram como objeto de olhar os indígenas, caboclos e sertanejos, com foco em suas condições de vida e de saúde. Nesse ano foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), vinculado ao Ministério da Agricultura, objetivando o reconhecimento e proteção aos indígenas e continha preocupações com a saúde.

Mesmo após a criação do SPI, não se instituiu qualquer forma de prestação de serviços sistemáticos, restringindo-se a ações emergenciais ou inseridas em processos de "pacificação" (FUNASA, 2002). O SPI não atuava como se esperava e Noel Nutels, médico indigenista da Expedição Roncador-Xingu, na década de 1940, denunciou a situação crítica da assistência médica no interior, das epidemias nas áreas indígenas e da precariedade dos postos do SPI (HOCHMAN; SILVA, 2014).

Da criação da SPI à revisão dos modelos verticais e biomédicos que levaram à criação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), no final dos anos 1990, o caminho percorrido entre saúde pública, endemias rurais e populações indígenas foi longo e evidenciou uma total invisibilidade política nas décadas iniciais da república, gerando mudanças somente quando a doença passou a aparecer como um obstáculo para o desenvolvimento da civilização, e não como a saúde sendo direito de todos. Em outras palavras, com a revisão dos modelos verticais e biomédicos, a Reforma Sanitária brasileira e a redemocratização do país, foi possível uma maior visibilidade com relação à saúde indígena (HOCHMAN; SILVA, 2014).

O SPI, em 1943, aumentou suas funções assistenciais e criou um serviço de saúde a fim de atender às demandas dos povos indígenas. Apesar do avanço no plano legislativo com a aprovação do Decreto-Lei nº 10.652/1942 que enfatizava a preservação, o desenvolvimento e

a conservação do patrimônio indígena (terras e recursos naturais de posse dos índios), a assistência prestada pelo SPI aos povos indígenas se manteve quase inalterada.

Na década de 1950, foi criado o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), no Ministério da Saúde, com o objetivo de levar ações básicas de saúde às populações indígena e rurais em áreas de difícil acesso. Essas ações eram essencialmente voltadas para a vacinação, atendimento odontológico, controle de tuberculose e outras doenças transmissíveis (Funasa, 2002).

As ações aconteciam esporadicamente trazendo resultados insatisfatórios pois os indígenas continuavam a morrer por doenças evitáveis, as terras sendo invadidas e a violência crescendo. A escassez de recursos financeiros, a insuficiência de pessoal capacitado e o reduzido apoio jurídico não permitiram garantir a assistência preconizada pelas diretrizes dessa política (FUNASA, 2002).

Em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), substituindo o serviço de proteção ao índio. Uma entidade estatal criada pela ditadura militar. Ambos os órgãos tinham como atribuições a prestação de assistência aos povos indígenas nos mais diversos campos da vida social tais como saúde, educação, direitos fundiários, proteção aos conhecimentos tradicionais, desenvolvimento econômico e outros.

A FUNAI prestou assistência à saúde até 1991, através das Equipes Volantes de Saúde (EVS) criadas em cada delegacia regional. As EVS, compostas por um médico, um odontólogo, uma enfermeira, um bioquímico, um motorista ou piloto de barco e, eventualmente, um intérprete indígena, realizavam visitas esporádicas às comunidades indígenas de sua área de atuação, prestando assistência médica, aplicando esquemas básicos de vacinação e supervisionando o trabalho do pessoal de saúde local geralmente formado por auxiliares de enfermagem e enfermeiros.

O trabalho da FUNAI na área da saúde indígena esbarrou em dificuldades de diversas ordens, como a carência de recursos financeiros, a precariedade da infraestrutura básica de saúde, a falta de planejamento e de promoção das ações necessárias à saúde integral indígena, a inexistência de um sistema de informação em saúde, a grande dispersão geográfica das comunidades indígenas a serem atendidas, além da falta de preparo dos funcionários do órgão. De modo a remediar a falta de estrutura adequada de atendimento à saúde, a FUNAI, ao longo dos anos, assinou convênios com entidades governamentais e não governamentais terceirizando o serviço, que resultaram em uma baixa qualidade e insuficiência na assistência sanitária ofertada nas aldeias.

Um dos aspectos mais negativos da ação realizada no Brasil foi a prática da tutela, uma

medida jurídica que delega para o órgão indigenista oficial o direito de decidir pelas comunidades, tirando dos indígenas a possibilidade de protagonizar os rumos de suas vidas.

As restrições e inadequações da política indigenista geraram um acúmulo de insatisfações dos indígenas e das entidades não governamentais que os apoiavam, produzindo reivindicações por mudanças nas ações de governo (GARNELO; MACEDO; BRANDÃO, 2003).

3.2 Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena

A 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde Indígena (CNPSI), realizada em 1986, foi um dos primeiros momentos em que o Estado ouviu diferentes lideranças indígenas para discutir propostas relacionadas à formulação de diretrizes voltadas à saúde desses povos, assumindo como legítimas suas necessidades e especificidades e tendo como foco na atenção primária à saúde APS. Até então, a atenção à saúde indígena vinha sendo gerida sucessivamente pelos mais diversos setores e órgãos, com ações desenvolvidas a partir de uma perspectiva paliativa e atividades descontinuadas, com poucos impactos na situação de saúde (BRASIL, 2013).

Em 1988, a Constituição Federal estipulou o reconhecimento e respeito das organizações socioculturais dos povos indígenas, assegurando-lhes a capacidade civil plena tornando obsoleta a instituição da tutela e estabeleceu a competência privativa da União para legislar e tratar sobre a questão indígena. A Constituição também definiu os princípios gerais do Sistema Único de Saúde (SUS), posteriormente regulamentados pela Lei 8.080/90, e estabeleceu que a direção única e a responsabilidade da gestão federal do Sistema são do Ministério da Saúde (FUNASA, 2002).

A 2ª Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas aconteceu como parte integrante da IX Conferência Nacional de Saúde em 1993 e mobilizou ainda mais os indígenas, tendo participação paritária de delegados indígenas e não indígenas. Naquele momento, a proposta estava voltada à mudança no modelo de atenção à saúde desses povos na direção de uma atenção diferenciada. Este processo tentou contemplar o momento histórico do contato interétnico, sendo que muitas entidades indígenas já estavam organizadas e participaram do processo decisório na política indigenista do país.

Esta 2ª CNSPI teve como objetivo a definição das diretrizes da Política Nacional de Saúde para os Povos Indígenas e a atualização, em novas bases, da 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, em conformidade com o processo de consolidação do Sistema

Único de Saúde e incorporação no mesmo de um subsistema diferenciado de saúde para os povos indígenas (BRASIL, 2015). Esse novo olhar para a saúde indígena deveria ser implementado de acordo com os princípios do SUS, dando ênfase à descentralização das ações e dos recursos e a universalidade, integralidade, equidade e participação social, com destaque para as questões relacionadas à diversidade cultural, étnica, geográfica, epidemiológica, histórica e política.

Considerando a territorialização, os aspectos étnicos, culturais e epidemiológicos dos povos indígenas, foram criados por meio da Portaria 852, de 30 de setembro de 1999, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), a fim de atuar com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde indígena a partir do alcance do equilíbrio biopsicossocial, reconhecendo o valor das práticas da medicina indígena, além de contar com a participação do usuário (BRASIL, 2002).

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) possuem uma organização muito específica no que se refere ao fluxo dos atendimentos. Há no Brasil 34 DSEIs divididos por territórios e pelas ocupações geográficas das comunidades indígenas, não seguindo assim os limites dos Estados. Sua estrutura de atendimento compreende as unidades básicas de saúde indígena, Pólos-Base e as Casas de Saúde Indígena (CASAI) (BRASIL, 2020).

A 3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena convocada pela Resolução nº 305, de 14 de setembro de 2000, do Conselho Nacional de Saúde e integrante da XI Conferência Nacional de Saúde, teve por finalidade analisar os obstáculos e avanços na implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme a Lei 9.836/99, que complementa a Lei Orgânica da Saúde, e propor diretrizes e caminhos para efetivar o acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde indígena com efetivo controle social.

Durante a 4ª Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas, em 2006, foram reivindicadas melhorias na situação de saúde e questionada a gestão da FUNASA. O órgão vinha sendo alvo de duras críticas, que incluíam sucessivas denúncias de corrupção e desvios de recursos. Garnelo e Maquiné (2015) descrevem uma lista de sites com grande volume de denúncias, incluindo grandes jornais, organizações não governamentais e órgãos estatais de fiscalização e comunicação. Como resultado, formaram-se grupos de trabalho que posteriormente impulsionaram a criação de uma secretaria diretamente ligada ao Ministério da Saúde.

Em 2010, foi aprovada a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). O que sua criação traz de novo é a existência de um órgão responsável unicamente pela saúde indígena, que até então havia sido coordenada por setores dentro de outros órgãos ou

instituições que tinham atribuições mais amplas, por vezes sequer limitadas aos povos indígenas. Nesse novo formato, contudo, não estão ausentes os desafios dentre as secretarias diretamente ligadas ao Ministério da Saúde, a SESAI é a única que contempla simultaneamente responsabilidades tanto pela gestão como pela execução das ações e programas de saúde, o que exige do órgão uma robusta estrutura administrativa.

No ano de 2010, foi publicado o decreto nº 7.336/MS que formalizou a decisão governamental de repassar a gestão do subsistema de saúde indígena para a recém-criada Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) que recebeu as atribuições anteriormente desenvolvidas pela FUNASA. A criação da SESAI não retirou as atribuições que já desenvolvia junto aos sistemas municipais de saúde no âmbito da saúde indígena (Garnelo, 2012).

A SESAI passa a ter como missão a implementação de um novo modelo de gestão e de atenção no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, descentralizado, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

A 5ª Conferência, em 2013, foi a primeira subsequente à criação da SESAI. Entre as principais reivindicações expressas nessa ocasião estava a garantia da assistência integral, para além da atenção básica. Outra reivindicação era de que a atenção primária fosse fortalecida em associação e respeitando os saberes tradicionais indígenas, o que parecia não se consolidar mesmo após a criação da secretaria. A mesma foi objeto de críticas importantes, que indicavam limitações no controle social e na participação dos representantes indígenas e questionavam a aprovação de propostas vistas como contraditórias.

A participação social se dá através dos conselhos locais geralmente situados em uma aldeia ou grupo de aldeias em determinada terra indígena e distritais de saúde indígena, que apoiam a regulamentação da gestão dos distritos e levam as discussões locais para as conferências distritais. A escolha dos conselheiros é feita pelas comunidades indígenas. A partir daí as discussões se ampliam nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena.

Para a efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, faz-se imperativa a instituição de uma rede de serviços nas terras indígenas, de forma a superar as deficiências de cobertura, acesso e aceitabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) para essa população. É imprescindível, portanto, a adoção de medidas que viabilizem o aperfeiçoamento do funcionamento e a adequação da capacidade do Sistema, tornando factível e eficaz a aplicação dos princípios e diretrizes da descentralização, universalidade, equidade, participação comunitária e controle social (BRASIL, 2002).

3.3 Saúde Mental em Contexto Indígena

A participação da Psicologia na Saúde Mental Indígena ainda é muito incipiente, fazendo necessário constantes diálogos e rupturas de paradigmas, pois parte de um conceito que pode não fazer sentido para as populações indígenas quanto à nomenclatura. Sendo difícil chegar a uma definição única do que é saúde mental, pois cada sociedade compreende este conceito de maneira diferente e para muitas delas não faz sentido o seu uso, uma vez que o termo “mente” é um construto da sociedade ocidental moderna (Brasil, 2019).

As discussões acerca de ações assistenciais no campo da saúde mental para populações indígenas se iniciaram a partir da 3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena em 2001 com propostas de intervenções focadas nos problemas do consumo de bebidas alcoólicas em terras indígenas (Pereira *et al.*, 2013). A partir daí o tema passou a ter um olhar mais atento do Estado e uma visibilidade pelas complicações relativas à saúde mental. Mas somente em 2006 o Departamento de Saúde Indígena (DESAI da FUNASA) colocou em seu plano de metas a formulação de programas de prevenção e intervenção em saúde mental. A regulamentação de tais programas foi feita apenas no ano seguinte, quando o Ministério da Saúde lançou a Portaria nº 2.759/2007, primeiro documento relativo à saúde mental indígena no Brasil.

Segundo Silva, Filho e Carvalho:

A Portaria nº 2.759 lançou as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde Mental Indígena e estabeleceu a criação de um Comitê Gestor. Sua elaboração considerou reivindicações do movimento indígena e de outros setores, como: as deliberações da IV Conferência Nacional de Saúde Indígena e da Reunião Sobre o Plano de Saúde Mental Indígena para os DSEIs; os princípios gerais do relatório da III Conferência Nacional de Saúde Mental, os debates do II Fórum Amazônico de Saúde Mental e as diretrizes da Carta de Saúde Mental Indígena na Amazônia Legal; a Declaração de Caracas sobre a necessidade de enfrentar desafios relacionados às populações mais vulneráveis (SILVA; FILHO; CARVALHO, 2017).

Esta portaria poderia ter significado um grande avanço no que se refere à saúde mental indígena, no entanto o comitê gestor foi criado, mas o conteúdo norteador não foi sistematizado, o documento não sintetiza uma política, apenas inicia os fundamentos da discussão a respeito das incumbências dos sujeitos desse processo tanto dos profissionais de saúde, quanto das próprias comunidades indígenas.

As diretrizes deram início a uma longa jornada de discussões acerca da saúde mental nas comunidades indígenas que requerem uma abordagem diferenciada, que se articule com a cultura tradicional desses povos. Somente em 2017 houve a consolidação da portaria nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo 3 do Anexo XIV, do Ministério da Saúde, estabelece o desenvolvimento de ações de atenção integral à saúde mental dos povos indígenas, o que orienta

o modelo de atenção a ser desenvolvido, norteando as práticas de profissionais de saúde na atenção psicossocial aos indígenas (BRASIL, 2019).

A partir da portaria, todas as ações desenvolvidas no campo da atenção psicossocial nos DSEI passam a serem pautadas por uma série de princípios, promovendo maior aproximação da realidade dos povos indígenas e buscando o bem-viver ou saúde psicossocial, conforme tem sido acordado na Portaria nº 2159/2007, considerando três princípios básicos:

1) reconhecer as próprias capacidades das comunidades para identificar e usar seus próprios recursos; 2) reconhecer as perspectivas que as comunidades têm sobre os processos de adoecer, sofrer e curar assim como as práticas adotadas para isso; e 3) reconhecer que as práticas locais se baseiam em um sistema cosmológico que exige, por sua vez, ser conhecido e reconhecido (BRASIL, 2007).

A promoção da Saúde Mental Indígena passa necessariamente pelo protagonismo dessas populações, pela autonomia, pelo estabelecimento de significado e propósito de vida, fortalecendo a cultura de cada povo. A questão não pode ser vista de forma restrita, apenas do ponto de vista da Saúde Mental. Portanto, é necessário adotar uma estratégia que incorpore o social, o cultural e o cosmológico como dimensões que também precisam ser consideradas. Desta maneira, compreende a saúde mental, psicossocial ou bem viver se referem a algo mais do que simplesmente a ausência de sofrimento ou doença, mas sim ao bem-estar ou bem viver individual, familiar e social comunitário (BRASIL, 2019).

A atenção à saúde mental nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) tem se mostrado um desafio, uma vez que vai além das dimensões estritamente biológicas. A saúde mental está intrinsecamente ligada à cultura, ao social e às relações humanas, exigindo que os profissionais de saúde enfrentem aspectos com os quais não estão acostumados em sua prática. Além disso, a experiência institucional no desenvolvimento de ações de saúde mental em contextos indígenas é recente. Esses fatores combinados tornam a atenção psicossocial às populações indígenas a área de saúde que ainda precisa ser melhor compreendida por profissionais, gestores e usuários.

4 ALGUMAS REFERÊNCIAS PARA A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS

Iniciaremos este capítulo elencando eventos e publicações que se configuram como referências para atuação de psicólogos e psicólogas. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), constituem um acervo imprescindível para o aprofundamento em debates, pesquisas e orientações técnicas no âmbito da atuação desses profissionais. A Psicologia tem se colocado em discussões sobre povos indígenas principalmente nas últimas décadas, o que evidencia como essa pauta deve ser cada vez mais trabalhada no âmbito da formação, pesquisa e atuação profissional com a finalidade de ampliar o compromisso ético-político.

Berni (2016) em sua análise acerca do Seminário “Subjetividade e Povos Indígenas” viabilizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) juntamente com o CFP no ano de 2004, na cidade de Luziânia - GO, conta que houve, naquele momento, um pedido de socorro incitado por várias etnias indígenas presentes. Segundo o autor, os representantes indígenas pediram por ajuda para auxiliarem em seu profundo sofrimento oriundos das lutas pelos direitos originários de suas terras diante da desapropriação cultural, dos problemas com álcool e com outras drogas.

Com isso, o Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (CRPSP) organizou o Seminário “Subjetividade e Povos Indígenas”. A partir daí, o CRP-SP e outras entidades e grupos de pesquisa vem mantendo ações e debates importantes que favorecem o diálogo e contribuições na atuação do profissional de psicologia com a população indígena, entre as quais podemos destacar:

Tabela 1: Grupos, eventos e publicações organizadas sobre o tema.

Ano	Grupo/Evento/Publicação
2006	Grupo Eletrônico Psicologia e Povos Indígenas.
2007	Colóquio Psicologia e Povos Indígenas e I Encontro de Profissionais das Ciências Humanas sobre Questões Indígenas.
2008	Constituição do GT (Grupo de Trabalho) Psicologia e Povos Indígenas, Encontro Multiprofissional de Atenção aos Povos Indígenas e Colóquio Psicologia e Antropologia.

2009	Encontros Interdisciplinares Psicologia e Povos Indígenas na cidade de Itanhaém, Boiçucanga, São Sebastião e Tupã, Colóquio Psicologia e Povos Nativos: um encontro transdisciplinar – evento preparatório para VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP).
2010	Publicação do livro “Psicologia e Povos Indígenas”.
2013	I Encontro Nacional de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e II Seminário de Saúde Mental Indígena.
2015	I Conferência de Política Indigenista.
2016	Publicação do livro “Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem viver”.
2020	Publicação de Cartilhas da SESAI, Criação da Articulação Brasileira dos Psicólogos Indígenas (ABIPSI).
2021	Publicação do livros “Bem Viver: Saúde Mental Indígena”.
2022	6º Congresso de Brasileiro de Psicologia: Mesas Redondas sobre "Saúde Mental com os Povos Indígenas" e “Psicologia e Povos Indígenas: Debate sobre as Referências Técnicas do CFP” e publicação das “Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas”, produzido no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Grupo Eletrônico Psicologia Indígena foi criado pelo CRPSP em 2006 com o objetivo de discutir e criar referências técnicas para a atuação de psicólogos junto aos povos indígenas. O grupo contou com a participação de psicólogos e antropólogos e inaugurou uma série de discussões sobre a psicologia e a cultura indígena, buscando compreender as especificidades e as demandas desse público (CRPSP, 2010).

A criação do Grupo Eletrônico Psicologia Indígena foi um marco importante na discussão sobre a atuação do psicólogo junto aos povos indígenas, uma vez que esse tema ainda era pouco abordado na época. O grupo buscou compreender as particularidades culturais desses povos e a necessidade de respeitar suas tradições e crenças, e elaborou um conjunto de referências técnicas que buscaram orientar a prática profissional nesse contexto.

No mesmo ano de 2006, o Conselho Federal de Psicologia realizou o “Seminário Nacional - A questão da terra: desafios para a Psicologia”. Na ocasião, um conjunto de discussões se deu no sentido de aproximar a psicologia dos modos de vida de pessoas e coletivos que organizam sua existência numa relação fundamental com a terra, as florestas e os recursos naturais.

Em 2007, foi realizado o Colóquio Psicologia e Povos Indígenas e o I Encontro de Profissionais das Ciências Humanas sobre questões indígenas, ambos realizados em São Paulo. O objetivo desses eventos foi discutir a atuação do psicólogo e de outros profissionais das ciências humanas junto aos povos indígenas, bem como debater a elaboração de referências técnicas para essa atuação. Uma das principais discussões do evento foi a necessidade de considerar as especificidades culturais e históricas dos povos indígenas na atuação dos profissionais de psicologia. Foi destacada a importância de compreender a relação desses povos com a terra, a espiritualidade e a comunidade, elementos fundamentais para a compreensão de suas demandas e necessidades.

Outro tema abordado foi a necessidade de se construir uma atuação ética e responsável junto aos povos indígenas, respeitando suas tradições e valores. Nesse sentido, foram discutidas ações concretas para promover a formação de profissionais capacitados para atuar com esses povos, bem como estratégias para fortalecer a participação dos próprios indígenas na construção desse processo.

Os debates realizados nesses eventos foram fundamentais para a elaboração de referências técnicas para a atuação dos psicólogos junto aos povos indígenas, que foram apresentadas no ano seguinte, em 2008, durante o Encontro Multiprofissional de Atenção aos Povos Indígenas. Essas referências foram desenvolvidas em parceria com lideranças indígenas e com profissionais das ciências humanas, buscando contemplar a diversidade cultural e os desafios específicos da atuação junto a esses povos.

Dentre as principais diretrizes apontadas nas referências técnicas, destacam-se a importância da escuta ativa e do diálogo intercultural, a valorização das práticas tradicionais de cuidado e cura, o respeito à autonomia e às decisões coletivas dos povos indígenas, a busca pela prevenção de conflitos e a construção de vínculos de confiança e colaboração entre os profissionais e as comunidades atendidas.

No ano de 2008, foram realizados três importantes eventos que contribuíram para a interlocução entre a psicologia e os povos indígenas. O primeiro deles foi a constituição do GT (Grupo de Trabalho) Psicologia e Povos Indígenas, durante o VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), com o objetivo de discutir e promover

ações voltadas para a valorização e respeito à diversidade cultural dos povos indígenas. O GT é uma importante ferramenta para a discussão e produção de conhecimento sobre a temática e tem colaborado para a elaboração de referências técnicas para a atuação de psicólogos e psicólogas junto aos povos indígenas.

O segundo evento foi o Encontro Multiprofissional de Atenção aos Povos Indígenas, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que teve como objetivo promover a reflexão e o diálogo entre profissionais das diferentes áreas de atuação sobre as particularidades do atendimento à saúde dos povos indígenas. O evento contou com a participação de psicólogos (a) e contribuiu para a discussão sobre a atuação interdisciplinar na atenção à saúde desses povos.

O terceiro evento foi o Colóquio Psicologia e Antropologia, realizado na Universidade de Brasília (UnB), que abordou as interfaces entre a psicologia e a antropologia no contexto dos povos indígenas. O evento contou com a participação de pesquisadores e profissionais de diferentes áreas do conhecimento e contribuiu para a reflexão sobre a importância do diálogo entre as diferentes disciplinas para uma atuação mais efetiva junto aos povos indígenas.

Esses eventos promoveram o diálogo e a reflexão sobre as particularidades das práticas psi nesse contexto. A atuação interdisciplinar e a valorização da diversidade cultural dos povos indígenas foram aspectos destacados nos eventos, e que são fundamentais para a elaboração de referências técnicas mais adequadas e respeitosas à cultura dos povos indígenas.

No ano de 2009, foram realizados Encontros Interdisciplinares de Psicologia e Povos Indígenas nas cidades de Itanhaém, Boiçucanga, São Sebastião e Tupã, por representarem regiões com maior concentração de aldeias no Estado de São Paulo. Além do Colóquio Psicologia e Povos Nativos: um encontro transdisciplinar, evento preparatório para VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP). Os eventos tiveram como objetivo aprofundar o diálogo entre diferentes disciplinas e profissionais que trabalham com povos indígenas, buscando desenvolver estratégias que respeitem a diversidade cultural e os direitos dos povos indígenas, além de apresentar e discutir as referências técnicas para atuação do psicólogo junto com os povos indígenas (CRPSP, 2010).

O Colóquio Psicologia e Povos Nativos, teve como objetivo principal a apresentação e discussão da atuação de psicólogos e psicólogas com ênfase na importância da formação intercultural dos profissionais e na necessidade de se respeitar as especificidades culturais dos povos indígenas no processo terapêutico. Além disso, os eventos também buscaram discutir os desafios e as limitações da atuação do psicólogo junto aos povos indígenas, considerando as diferenças culturais, linguísticas e históricas que permeiam essa relação.

Dessa forma, os eventos realizados em 2009 tiveram um papel fundamental, destacando a importância da formação intercultural dos profissionais e da valorização das especificidades culturais dos povos indígenas no processo terapêutico, temas que eram negligenciados em debates anteriores, que apesar de destacar a importância do conhecimento dos povos indígenas, ainda se limitavam a apontar essas diferenças sem convocar os próprios profissionais da psicologia a pensar na lógica dos povos indígenas, a considerar seu modo de vida e de existência como igualmente importantes para qualquer projeto terapêutico, pensando a coletividade como algo do qual também é preciso cuidar.

Percebemos que a psicologia, ao longo dos anos, tem buscado se aprofundar nas especificidades culturais dos povos indígenas para garantir não apenas o respeito às suas tradições e crenças, mas também se dedicando a elaborar como os conhecimentos não-ocidentais podem ser incorporados na atuação de psicólogos que atuam junto a povos indígenas. Essas reflexões incluem orientações sobre como lidar com questões como o uso de medicamentos tradicionais, a relação com os anciãos e a comunicação com as lideranças indígenas. Também enfatizam a importância da escuta atenta e da compreensão das demandas e necessidades específicas e complexas de cada etnia, originando em uma prática mais sensíveis e adequadas às particularidades culturais e sociais dos povos indígenas.

Em 2010, foi publicado o livro "Psicologia e Povos Indígenas", resultado de uma parceria entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Editora da Universidade Federal do Pará (EDUFPA). O livro apresenta um conjunto de reflexões teóricas e práticas sobre a atuação do psicólogo junto aos povos indígenas, reunindo contribuições de pesquisadores e profissionais de diferentes regiões do país (Maldos, 2010). O livro apresenta uma perspectiva crítica e comprometida com os direitos dos povos indígenas, propondo uma abordagem intercultural e dialógica que valoriza as cosmologias e práticas culturais desses povos. Os autores destacam a importância de se considerar as especificidades e diversidades culturais na prática da psicologia, reconhecendo que as concepções ocidentais de saúde e doença podem entrar em conflito com as concepções indígenas.

O livro expõe ainda reflexões sobre temas como saúde mental, educação, violência, território, etnocídio e autonomia dos povos indígenas, oferecendo subsídios para uma atuação mais ética, política e comprometida com a promoção da dignidade humana. A obra representa um importante marco na aproximação entre psicologia e povos indígenas, contribuindo para o aprimoramento da formação e prática profissional.

Esse livro reuniu e integrou o debate juntamente com colaboradores indígenas: Eurico Lourenço Sena (Baniwa), Maria das Dores da Conceição Pereira do Prado (Pankararu),

Cacique Renato da Silva Mariano (Guaraní), Celso Aquiles (Guaraní), Mariano Fernando (Guaraní), Luíz Karáí (Guaraní), Marcos Tupã (Guaraní), Eunice Augusto Martins (Guaraní), Cacique Antonísio Lulu Darã (Tupí-Guaraní), Cacique Jazone de Camilo (Terena), Cacique Gerson Cecílio Damaceno (Krenak), Cacique Roberto Carlos Indubrasil (Kaingang), Ranulfo de Camilo (Terena), Cacique Claudino marcolino (Guaraní), Cacique Anildo Lulu (Terena), Vice - Cacique Júlio César Pio (Terena), Claudio da Silva félix (Terena), Alíci Lipu (Terena), Mário de Camilo (Terena) e Creiles Marcolino (Guaraní). Ele foi importante para consolidar a discussão sobre a temática nas diferentes instâncias do Sistema Conselhos de Psicologia e para dar visibilidade aos debates e demandas dos povos indígenas em relação à psicologia (CFP, 2010). A publicação é um exemplo concreto de como a construção de uma referência técnica pode ser um processo coletivo e dialógico, envolvendo a participação de diferentes atores e saberes.

O I Encontro Nacional de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e II Seminário de Saúde Mental Indígena ocorreu em Dourados/MS, no ano de 2013, com o objetivo de discutir e promover reflexões sobre a atuação da Psicologia junto aos povos indígenas. Durante o evento, foram abordadas diversas questões, entre elas, a necessidade de respeitar a diversidade cultural dos povos indígenas e a importância de valorizar as práticas tradicionais de cura. De acordo com a ata² do evento, uma das principais discussões foi a importância da formação de psicólogos e demais profissionais de saúde para a atuação junto aos povos indígenas, incluindo a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a cultura e as práticas de cura tradicionais desses povos. Além disso, foi destacada a importância do diálogo intercultural para uma atuação mais efetiva e respeitosa com essas populações.

Outra temática discutida no encontro foi a necessidade de uma atuação mais crítica da psicologia junto aos povos indígenas, tendo em vista a história de opressão e violência sofrida por essas populações. Nesse sentido, foi destacado o papel da psicologia como uma ciência social e sua responsabilidade ética e política na promoção dos direitos humanos e na luta contra a discriminação e o preconceito. Durante o evento, também foi enfatizada a importância de uma atuação integrada entre os profissionais de saúde e as lideranças indígenas, a fim de fortalecer a autonomia e a capacidade de autogestão dessas populações. Além disso, foi ressaltada a necessidade de se desenvolver estratégias de saúde mental que levem em consideração as especificidades culturais dos povos indígenas.

Por fim, o evento reforçou a importância da criação de referências técnicas para a

² <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/PovosIndigenas-10.09.pdf>

atuação de psicólogos junto aos povos indígenas como forma de orientar e garantir uma atuação ética, respeitosa e efetiva desses profissionais. Tais referências devem levar em consideração a diversidade cultural e a complexidade das demandas dessas populações, visando à promoção de sua saúde integral e à valorização de suas tradições e culturas.

A I Conferência de Política Indigenista, realizada em 2015, abordou a importância da interculturalidade na atuação do psicólogo(a) junto aos povos indígenas, bem como a necessidade de considerar as questões históricas e culturais que permeiam as relações entre os povos indígenas e a sociedade brasileira. Além disso, destacou-se a relevância e centralidade de uma formação interdisciplinar e da escuta qualificada para a construção de vínculos de confiança com as comunidades indígenas (CRPSP, 2016).

Outro tema abordado foi a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas, além da necessidade de respeitar a diversidade cultural e as especificidades de cada povo, contando com a presença da participação das etnias Apurinã; Boru;, Cruai, Fulni-ô; Guarani; Nhandeva; Guajajara; Guarani M'byá; Kaimbé; Kariri-Xokó; Mura; Pankararé; Pankararu; Pankará; Pataxó; Pataxó-Kamakã; Potiguara; Terena; Tukano; Tupi-Guarani; Tupinambá; Xavante; Xukuru do Ororubá; Xukuru-Kariri; Wassu Cocal. Nesse sentido, a I Conferência de Política Indigenista ressaltou a importância de se considerar os saberes e práticas tradicionais dos povos indígenas como uma forma de promoção de saúde e bem-estar. Foi destacada também a necessidade de se considerar as questões de gênero e sexualidade na atuação de psicólogos(a) junto aos povos indígenas, levando em conta as especificidades de cada povo e a importância de se respeitar a diversidade sexual e de gênero (CRPSP, 2016).

Por fim, a I Conferência de Política Indigenista apontou a necessidade de se estabelecer políticas públicas que garantam o acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde e de educação de qualidade, respeitando as suas especificidades culturais e linguísticas. Nesse sentido, a atuação de psicólogos junto aos povos indígenas deve estar pautada na defesa dos direitos humanos e na promoção da cidadania.

O livro "Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem viver", publicado em 2016, tem como objetivo contribuir para a discussão sobre a atuação da Psicologia junto aos povos indígenas, trazendo reflexões teóricas e práticas sobre o tema. Os capítulos abordam questões como a relação dos povos indígenas com a natureza, a importância da cultura na saúde mental, o papel da psicologia na defesa dos direitos indígenas e a necessidade de uma abordagem intercultural na prática psicológica. O livro contou com a colaboração dos líderes indígenas: Valdelice Veron (Kaiowá), Emerson de Oliveira (Guarani), Marcos Tupã (Guarani), Clerray Werá Fernando (Guaraní), Sandro (Tuxá), Dirce Jorge Lipu Pereira (Kaingang), José da

Silva Barbosa de Compos (Kaingang), Sérgio Macena (Guaraní), Erinilso Severino de Souza (Manchineri), Liderjane (Kaxixó), Pedro Luiz Macena (Guaraní) e Paulo (Wassu Cocal).

O livro é dividido entre os colaboradores que ajudaram a construir um “território teórico” acerca das demandas dos povos indígenas e profissionais à procura do bem viver situação comum para todos indígenas buscando a dignidade e o viver indígena. O livro prioriza a concepção de que é necessário primeiramente ouvirmos as pessoas indígenas, caminharmos junto com elas e, sobretudo, não falarmos por elas, já que elas mesmas possuem e expressam suas próprias vozes (CRPSP, 2016).

O livro busca superar a visão eurocêntrica da Psicologia e valorizar o conhecimento e a experiência dos povos indígenas. Para isso, os autores destacam a importância da colaboração entre os profissionais da Psicologia e os povos indígenas, respeitando a diversidade cultural e as diferenças epistemológicas entre eles. Na publicação, também é abordada a questão da saúde mental dos povos indígenas e a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada, que leve em consideração aspectos culturais, sociais e históricos. Destacando a importância de um trabalho interdisciplinar e a necessidade de ouvir as demandas e necessidades das comunidades indígenas, a fim de desenvolver práticas mais adequadas às suas realidades.

Além disso, o livro também traz reflexões sobre a atuação da Psicologia no contexto dos direitos indígenas, abordando questões como a demarcação de terras, a violência e o genocídio indígena. É fundamental que os psicólogos estejam engajados na luta pela garantia dos direitos indígenas, atuando de forma ética e comprometida com a defesa da vida e da dignidade dessas populações.

Por fim, a publicação destaca a importância da formação dos profissionais da Psicologia para atuar de forma mais adequada junto aos povos indígenas. Segundo Berni (2016), é necessário que a formação contemple o conhecimento sobre as culturas indígenas, a história do processo colonizador e a legislação indigenista, para que os psicólogos possam atuar de forma mais crítica e comprometida com a defesa dos direitos e a promoção da saúde mental dessas populações.

Em 2017, ocorreram diversas iniciativas relacionadas a pensar as práticas psi junto aos povos indígenas. Uma delas foi a criação da Articulação Brasileira dos Psicólogos Indígenas (ABIPSI), que tem como objetivo principal articular os profissionais de psicologia que são indígenas ou que atuam em territórios indígenas. A ABIPSI é uma organização de caráter nacional e se dedica a pensar estratégias de atuação para a valorização das práticas de saúde mental indígena e a promoção do bem-estar dos povos indígenas.

Outra iniciativa importante foi a produção de cartilhas voltadas para a atuação do(a)

psicólogo(a) junto aos povos indígenas. Essas cartilhas foram elaboradas por um grupo de trabalho criado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e têm como objetivo orientar o(a) psicólogo(a) no atendimento às demandas específicas dos povos indígenas, respeitando suas tradições, cultura e cosmologia. As cartilhas trazem informações importantes sobre o contexto em que vivem os povos indígenas, a saúde mental desses povos, as práticas de cura e os direitos dos indígenas em relação à saúde.

Além disso, foram realizadas diversas discussões e debates sobre a importância da criação de referências técnicas para a atuação de psicólogos(as) junto aos povos indígenas. Essas referências técnicas têm como objetivo orientar os profissionais de psicologia na atuação junto aos povos indígenas, de forma a garantir o respeito às suas especificidades culturais e a promoção de práticas de saúde mental que valorizem as suas tradições e modos de vida. As discussões sobre as referências técnicas também tiveram como objetivo promover a troca de experiências e saberes entre os profissionais de psicologia que atuam em contextos indígenas.

Essas iniciativas têm como objetivo garantir a promoção da saúde mental dos povos indígenas e o respeito às suas tradições e cultura. A atuação do(a) psicólogo(a) junto aos povos indígenas requer o conhecimento e a valorização dos saberes tradicionais e a adoção de uma postura ética que respeite as diferenças culturais e os direitos dos povos indígenas. Dessa forma, as iniciativas desenvolvidas em 2017 buscam garantir uma atuação mais qualificada e respeitosa do(a) psicólogo(a) junto aos povos indígenas.

Em 2021, foi publicada a coleção de livros "Bem Viver: Saúde Mental Indígena", resultado de um projeto conjunto entre a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que teve como objetivo fornecer informações teóricas e práticas para a atuação de profissionais de saúde mental junto que atuam. Os livros abordam temas como história, cultura, saúde, direitos e políticas públicas voltadas para os povos indígenas. As publicações foram elaboradas com a colaboração de lideranças indígenas, profissionais de saúde e pesquisadores, buscando uma abordagem intercultural e interdisciplinar para a compreensão das realidades vivenciadas pelos povos indígenas. A coleção é composta por quatro volumes: "Saúde Mental e Povos Indígenas", "Políticas Públicas e Povos Indígenas", "Educação e Povos Indígenas" e "Cultura e Saúde Mental Indígena".

Esses livros destacam a importância da atuação dos profissionais de saúde mental de forma respeitosa e sensível à cultura e às especificidades dos povos indígenas. Eles enfatizam a importância da participação ativa e protagonismo dos povos indígenas na construção de políticas públicas e no desenvolvimento de estratégias de promoção de saúde mental. A coleção é uma importante contribuição para o fortalecimento da atuação dos profissionais de saúde

mental junto aos povos indígenas e para a promoção da valorização e preservação das culturas indígenas.

Durante o 6º Congresso Brasileiro de Psicologia em 2022, em São Paulo, houve duas importantes mesas redondas: "Saúde Mental com os Povos Indígenas" e "Psicologia e Povos Indígenas: Debate sobre as Referências Técnicas do CFP", ocasião em que foi lançada a publicação "Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas" produzido no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) no ano de 2022. Essas mesas abordaram questões relacionadas à saúde mental dos povos indígenas e a atuação do psicólogo nesse contexto.

Nesse sentido, o evento contou com a participação de diversos profissionais e lideranças indígenas, que apresentaram suas experiências e práticas terapêuticas. Conforme destaca Wayhs (2019), a atuação do psicólogo junto aos povos indígenas deve ter como base a escuta ativa e a construção de um vínculo de confiança com os pacientes indígenas. Outra questão abordada na ocasião foi a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde mental. No congresso segundo os autores elucidaram que a falta de políticas específicas para essa população contribui para a exclusão e marginalização dos indígenas nos serviços de saúde. Os autores destacam a importância da construção de políticas de saúde mental interculturais, que valorizem as práticas terapêuticas indígenas e garantam o acesso a serviços de saúde mental de qualidade.

No evento também foram discutidos os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde mental que atuam em áreas remotas e de difícil acesso, a falta de recursos e a distância dos centros urbanos são algumas das dificuldades enfrentadas por esses profissionais, destacando a importância da formação de equipes multidisciplinares que possam atuar em conjunto para garantir o atendimento adequado às populações indígenas.

Por fim, é importante destacar a necessidade de ações que promovam a valorização da cultura e da identidade dos povos indígenas, conforme destaca Guimarães (2016). A valorização da cultura e da identidade indígena pode contribuir para a promoção da saúde mental dessas populações e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa.

Entre as referências utilizadas nas publicações do CRSP e do CFP, especialmente, destacam-se autores como Eduardo Viveiros de Castro, Dominique Tilkin Gallois, Roberto Cardoso de Oliveira, Lélia Wanick Salgado, Moacir Gadotti, Jussara Rezende Araújo, entre outros. As obras também citam documentos e legislações importantes para a garantia dos direitos dos povos indígenas, como a Constituição Federal de 1988, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

O Conselho Federal de Psicologia tem estado mais atento à aproximação entre a psicologia e os povos indígenas, por meio de incentivos aos encontros, divulgação e publicação de textos, notas e artigos com a temática indígena, como podemos observar com a publicação do livro “Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos Povos Indígenas”. É uma grande satisfação poder se deparar com um material que abrange várias questões acerca dos povos indígenas, proporcionando conhecimento amplo, para se pensar a prática do psicólogo implicando e rompendo com a neutralidade científica, discussões acerca do compromisso ético-político, e as políticas públicas, como fruto das lutas sociais e marcos lógicos e legais importantes para a atuação.

Um tema que vem sendo muito debatido no âmbito da saúde mental em relação aos povos indígenas é o do “Bem Viver”, o qual aparece como alternativa ao modelo ocidental, evidenciando o pensamento do coletivo, para trazer noções de corpo e de pessoa como base para o entendimento das subjetividades indígenas, buscando tratar de contribuições da psicologia comunitária e de outras ciências, como a Antropologia, para uma prática com os territórios, defendendo a clínica ampliada, a escuta política e o trabalho em rede, possibilitando que a psicologia ultrapassa os limites da saúde mental e que essa, por sua vez, ultrapassa a psicologia. De acordo com Ailton Krenak,

A origem do Bem Viver tem uma importância tão grande, pois ela chegou para a maior parte de nós, aqui no Brasil, que temos uma língua, que é o Português, mediada por uma outra língua, que é o Espanhol ou Castelhana, fazendo referência a uma prática ancestral dos povos que viviam nessa cordilheira dos Andes. Eles são os nossos parentes Quechua, Aymara, uma constelação de povos que viveram séculos nessa cordilheira e que tinham, em comum, uma cosmovisão, em que essa cordilheira viva, cheia de montanhas e vulcões, todos aparentados uns dos outros, tem um significativo nome de *Pachamama*, Mãe Terra, coração da Terra. [...] Esse modo de estar na Terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão (KRENAK, 2020, p. 6).

Nesse marco, levanta-se o debate sobre a luta por territórios e como eles estão intrinsecamente ligados ao modo dos povos indígenas de estarem no mundo, sendo esses também elementos constitutivos das subjetividades indígenas. O bem viver faz pensar sobre conteúdos que vão além da saúde, como ausência de doença, implicando na prática para a atuação profissional em uma atenção aos cuidados e vivências coletivas.

4.1 Materiais para Atuação

Nos últimos anos, além das referências e conferências citadas, começaram a surgir

materiais para atuação na comunidade indígena, feito por indígenas e não indígenas ou em parceria, como forma de orientar o futuro profissional que vai atuar nesse contexto. Aachamos bastante importante compartilhar esse material neste capítulo, principalmente os mais atuais e priorizando o que foi feito pelos parentes indígenas. Parte desses materiais serão citados nos parágrafos seguintes,

Em 2020, a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) em parceria com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), elaborou um material composto por seis cartilhas sobre atenção psicossocial aos povos indígenas. Esse material foi idealizado pela responsável técnica da saúde mental e psicóloga do DSEI-Leste, Jaqueline Beatriz Henker, com as colaborações da Pajé Iolanda Pereira da Silva indígena da etnia Macuxi do estado de Roraima e outros indígenas e funcionários do Sesai. As cartilhas foram feitas na forma de linguagem mais acessível e são compostas por desenhos produzidos pelos próprios indígenas para facilitar o entendimento. Foram impressos 3.078 exemplares e distribuídos nos 34 DSEIS do Território Nacional. As cartilhas foram organizadas nos seguintes temas:

- Atenção psicossocial aos povos indígenas
- Manual de investigação/notificação de violências em povos indígenas
- Manual Sobre Vigilância das tentativas e óbitos por suicídio
- Manual sobre Monitoramento do uso prejudicial de álcool
- Manual sobre vigilância do uso de medicamentos psicotrópicos.
- Estratégias de cuidado para prevenção do suicídio

Todas as seis cartilhas funcionam como um norte ou um manual para atuação nas comunidades indígenas, não foram feitas somente para os profissionais da psicologia, mas para todos que trabalham junto a povos indígenas, seja nas aldeias ou fora delas, desde do psicólogos, médicos, enfermeiros, agentes, lideranças da comunidade, anciões, pajés e outros que podem ter acesso a esse material, por isso foi feito e uma linguagem mais facilitadora.

Sabemos que a maioria dos profissionais de saúde, durante sua formação acadêmica, recebem pouca qualificação para atender e oferecer resposta para demandas relacionadas ao sofrimento mental. Esses profissionais seguem a lógica da cura dos sintomas, tipo uma febre, dor de dentes e outros sintomas que tem uma cura imediata. No campo da saúde mental, essa lógica não funciona, muitas vezes a cura é feita a longo prazo, como fosse um outro tipo de tratamento. Nesse modo, vemos nos textos das cartilhas que o desconhecimento e a falta de preparo podem causar angústia nos profissionais que se dispõem a escutar e a acolher essas queixas relacionadas à saúde mental, principalmente quando são de culturas diferentes do

profissional atuante. Boa parte desses profissionais tem tendência a desistir no início da carreira naquela comunidade em que trabalha e nós mesmos percebemos esse tipo de acontecimento na nossa comunidade, principalmente psicólogos e psicólogas que vão atuar, os quais têm durabilidade muito insignificante no território, trabalhando um tempo muito curto, sempre com queixa de cansaço.

A Articulação Brasileira dos Psicólogos Indígenas (ABIPSI) foi fundada em maio de 2020, em período de pandemia, quando os encontros sociais estavam acontecendo por meio das redes virtuais. Aproveitando esse facilitador de encontros, um grupo de amigos psicólogos indígenas de diversas etnias brasileiras começaram se reuniram para discutirem coletivamente sobre a demanda psicossocial das comunidades indígenas e também dos indígenas vivendo nos contextos urbanos. Com esses encontros foi idealizada a criação de uma articulação que possa pensar uma psicologia voltada para o contexto indígena por meio do próprio protagonismo indígena. Meneses e Silva (2021) realizaram uma entrevista com membros da ABIPSI, afirmando com própria fala da idealizador que o objetivo da articulação é :

A expectativa é de que a gente consiga pensar mesmo nessa questão de uma psicologia indígena mais teórica. De repensar em algumas questões, de conseguir fazer algumas produções e, principalmente, de que a gente consiga falar com os nossos. Porque acho que é isso! Falta esse espaço, também, para que os próprios povos indígenas possam entender um pouco o que é a psicologia (MENESES; SILVA, 2021).

Essa fala lembra muito quando iniciamos o curso de Psicologia na UFT, sempre discutimos entre nós dois sobre como levar a compressão do que é a psicologia para os parentes indígenas, como seria essa linguagem de um psicologia ocidental nesse contexto. Com a falta dessa resposta no início da graduação, acreditamos também que os idealizadores da ABIPSI vivenciaram essa experiência de querer criar uma espécie de abordagem que trabalha mais próximo aos indígenas e acabaram criando essa articulação após a formação para criar material teórico. Em nossa recordação, sugerimos um nome de “Psico-Nativo” para a abordagem que queríamos criar na época, mas, por vantagem, atualmente existe a ABIPSI com congrega uma coletividade maior.

ABIPSI é coordenada pelo a idealizadora Edilaise Nita Tuxá, psicóloga e mestre em Antropologia Social, tendo como vice-coordenador Edinaldo Xucuru, psicólogo pela Universidade Federal de São Carlos e tem como conselheiras Vanessa Terena e Thaynara Xerente que também são indígenas e psicólogas. Em 2022, a articulação lançou um livro coletivo intitulado de “Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) no Brasil”. Esse livro reuniu escritas de diversos autores indígenas que são citado abaixo; Itaynara Rodrigues / Itaynara Tuxá; Míriam Dantas de Almeida / Mirian Tembê;

Ezequiel Fernandes André / Ezequiel Tikuna; Vanessa Silva de Souza / Vanessa Terena; Edilaise Santos Vieira/ NitaTuxá; Iterniza Pereira André / Niza Macuxi; Dayane Teixeira de Almeida/ Dawarikó; Edinaldo Rodrigues / Edinaldo Xukuru.

O livro "Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) no Brasil" é uma coletânea de relatos de psicólogos(as) indígenas brasileiros(as), que apresentam suas histórias de vida, trajetórias acadêmicas e profissionais, bem como as questões e desafios enfrentados na atuação em suas comunidades. Os autores e autoras do livro destacam a importância da presença de psicólogos(as) indígenas nas comunidades, destacando o conhecimento cultural e a sensibilidade necessária para a compreensão das demandas e problemáticas específicas dessas populações. Além disso, os relatos evidenciam a necessidade de uma abordagem intercultural e colaborativa no trabalho em saúde mental com os povos indígenas.

Ao longo do livro, os autores compartilham narrativas pessoais e profissionais, oferecendo uma visão única sobre o papel da psicologia nas comunidades indígenas. Eles abordam desafios, conquistas e estratégias utilizadas para promover a saúde mental e o bem-estar dessas comunidades. Além das histórias individuais, o livro também explora diferentes abordagens teóricas e metodológicas empregadas pelos psicólogos indígenas. Eles ressaltam a importância de integrar a sabedoria ancestral e os sistemas de crenças indígenas no trabalho terapêutico, buscando uma abordagem holística e culturalmente sensível.

Uma das principais contribuições do livro é a ampliação da representatividade e da diversidade na área da psicologia. Ao compartilharem suas histórias, os psicólogos e psicólogas indígenas revelam os desafios enfrentados na profissão e nas comunidades onde atuam, bem como os progressos alcançados. Essas narrativas destacam a importância de ouvir e valorizar as vozes indígenas no campo do bem-viver e do cuidado coletivo de pessoas e territórios.

O livro também explora os aspectos interculturais da psicologia, destacando a necessidade de uma abordagem sensível às especificidades culturais das comunidades indígenas. Os psicólogos indígenas trazem à tona a importância de respeitar e integrar as tradições, os rituais e os conhecimentos ancestrais nas práticas terapêuticas. Eles defendem uma visão holística da saúde mental, que reconhece a interconexão entre mente, corpo, espírito e ambiente.

Ao longo das narrativas, é possível notar como o trabalho desses psicólogos(as) indígenas está intrinsecamente ligado à luta pela preservação da identidade cultural e da autonomia das comunidades. Eles compartilham estratégias para fortalecer o senso de pertencimento e empoderamento das pessoas atendidas, promovendo a resiliência e o bem-estar emocional. Além disso, o livro aborda a importância da parceria entre psicólogos(as) indígenas e não

indígenas, enfatizando a necessidade de um trabalho conjunto e respeitoso para a promoção da saúde mental nas comunidades indígenas. Essa colaboração é vista como um caminho para superar preconceitos, estereótipos e desigualdades, e construir uma psicologia mais inclusiva e equitativa.

Outro tema central do livro é o impacto da colonização na identidade indígena e suas repercussões na saúde mental. Os autores discutem estratégias para auxiliar os indivíduos a reconectarem-se com sua cultura e a fortalecerem sua identidade, como forma de promover um senso de pertencimento e bem-estar psicológico. Os psicólogos indígenas compartilham experiências e reflexões profundas sobre como a história da colonização afeta a forma como os indígenas se percebem e se relacionam com o mundo ao seu redor.

A colonização trouxe consigo processos de desvalorização cultural, despojamento de territórios ancestrais, imposição de línguas e costumes estrangeiros, além de violência e marginalização. Essas experiências traumáticas têm consequências diretas na identidade e na saúde mental dos povos indígenas, resultando em perda de autoestima, falta de sentido de pertencimento e dificuldades em manter conexões com suas tradições e modos de vida.

Os psicólogos indígenas destacam a importância de abordar essa herança colonial na prática psicológica. Eles propõem uma abordagem terapêutica que valoriza e reconhece a sabedoria ancestral, buscando fortalecer a autoestima, promover o resgate da cultura e estimular a construção de uma identidade indígena positiva e resiliente. Ao trabalhar com questões históricas e culturais, esses profissionais buscam contribuir para o processo de cura e fortalecimento das comunidades.

Outro aspecto abordado é a internalização de estereótipos negativos pelos indígenas, que são resultado direto da colonização. Esses estereótipos podem gerar sentimentos de inferioridade, vergonha e autodesvalorização. Os psicólogos indígenas buscam desconstruir esses estereótipos, ressignificando a história e a identidade indígena, reafirmando sua importância e contribuição para a sociedade.

O livro também discute a importância de políticas públicas e ações afirmativas que considerem as especificidades culturais e sociais das comunidades indígenas. Essas medidas são cruciais para garantir o acesso equitativo a serviços do bem estar, promovendo a valorização da diversidade e a inclusão dos povos indígenas no sistema de saúde. Outro aspecto importante é a participação efetiva das lideranças indígenas no planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas. É essencial que as comunidades indígenas sejam consultadas e envolvidas em todas as etapas do processo, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas de forma adequada.

O livro também destaca a importância de medidas que combatam o preconceito, a discriminação e o estigma enfrentados pelas comunidades indígenas. Isso envolve a conscientização e a educação da sociedade em geral, bem como a implementação de medidas legais e regulatórias que protejam os direitos e a dignidade dos povos indígenas. Ao ressaltar a importância de políticas públicas e ações afirmativas que considerem as especificidades culturais e sociais das comunidades indígenas, o livro busca promover uma sociedade mais inclusiva, justa e equitativa. Ele nos leva a refletir sobre a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural, promovendo uma abordagem intercultural que respeite e celebre as tradições e modos de vida indígenas. Em suma, "Pintando a Psicologia de Jenipapo e Urucum" nos alerta para a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas que levem em consideração as especificidades culturais e sociais das comunidades indígenas. O livro nos convida a promover uma sociedade mais inclusiva, na qual os direitos e a dignidade dos povos indígenas sejam respeitados e valorizados.

5 CARTA PARA NOSSOS(AS) FUTUROS(AS) COLEGAS PSICÓLOGOS(AS)

Este capítulo foi inspirado no livro “Cartas para o Bem Viver”, publicado em 2020 e organizado por Rafael Xucuru Kariri, indígena, cientista político e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e pela professora do Instituto de Letras, na Universidade Federal da Bahia, Suzane Lima Costa. O livro é uma coleção de cartas urgentes escrita por líderes indígenas e não indígenas com o objetivo de promover o "Bem Viver" entre as pessoas. Elas são escritas para estimular o encontro entre indivíduos e grupos e movimentar um território teórico, que serve como uma convocação especial para discutir questões importantes e emergentes, bem como para refletir sobre a vida individual e coletiva e traz a beleza das conversas sobre o "Bem Viver”.

Com isso, seguimos.

E aí, caro amigo e cara amiga!

Como futuros profissionais, gostaríamos de destacar a importância de nós indígenas ocuparmos cada vez mais os espaços de discussão política, não somente no sentido tradicional como eleições e partidos políticos, mas pensar em soluções de problemas vivenciados por nós, buscando discutir e criar novos recursos se posicionando de forma que partimos do nosso lugar de fala, contribuindo para ressoar nossa voz. Como infelizmente ainda vivemos em uma sociedade marcada até os dias atuais pelo racismo, onde as disparidades sociais persistem, nós estudantes indígenas enfrentamos olhares dentro das universidades que costumam questionar a legitimidade de nossa presença nesses espaços.

Quando nós indígenas temos acesso à educação superior, estamos adquirindo conhecimentos que podem ser aplicados em nossas comunidades de origem. Poder voltar para a aldeia com habilidades técnicas, conhecimentos científicos e uma bagagem cultural enriquecida possibilita o desenvolvimento, preservação da cultura e do meio social, além de fortalecer a autonomia das comunidades.

Além disso, a presença de indígenas no ensino superior também contribui para a quebra de estereótipos e preconceitos. É claro que para que isso aconteça, são necessárias políticas de inclusão e acesso ao ensino superior para as comunidades indígenas. É preciso garantir bolsas de estudo, políticas de permanência, programas de apoio e acompanhamento acadêmico, entre outras medidas que promovam a inclusão e o sucesso desses estudantes nas universidades.

Não se pode negar que avançamos muito na última década para a inserção de alunos indígenas do Ensino Médio da rede pública no Ensino Superior através de iniciativas de muitas universidades. A interiorização de uma boa parte das universidades públicas e o consequente aumento de vagas têm contribuído para que os indígenas e outras populações excluídas socialmente também tenham vez nesses espaços.

A experiência vivida neste percurso de graduação foi permeada por desafios e dificuldades específicas, que refletem a complexidade das questões socioeconômicas e culturais que nós estudantes enfrentamos. Quando conversamos com outros colegas indígenas a respeito das dificuldades em cursar uma graduação, é percebido que as queixas frequentes estão relacionadas a uma tensão entre os saberes tradicionais e os conhecimentos acadêmicos, uma vez que os indígenas enfrentam o desafio de conciliar sua identidade cultural com as exigências acadêmicas da educação formal.

Outro ponto são as dificuldades enfrentadas vão desde a falta de recursos financeiros para se manterem na universidade até a falta de políticas de inclusão que considerem suas especificidades culturais, falta um suporte e acompanhamento específicos para os estudantes indígenas, aliada à falta de políticas de ações afirmativas mais abrangentes, o que acaba por restringir sua permanência e conclusão dos curso superior.

Ressalta-se também a questão da representatividade e do sentimento de pertencimento como elementos fundamentais para a inclusão dos indígenas no ensino superior, a ausência de profissionais indígenas no corpo docente e a falta de referências e exemplos positivos dentro da universidade gera um sentimento de invisibilidade e marginalização, dificultando a permanência.

Para nós, quando ingressamos no curso de psicologia em um câmpus localizado ao lado de uma comunidade indígena, imaginávamos que a presença de líderes indígenas dentro da universidade seria maior, conteúdos voltados para a temática, trazendo uma reflexão para pensar as estruturas sociais das comunidades tradicionais, mas encontramos teorias eurocêntricas aplicadas nos contextos indígenas. Infelizmente, foi muito pouco o contato com autores e materiais regionais.

Pensamos que considerar os conhecimentos dos povos indígenas é necessário no contexto acadêmico, reconhecer e valorizar esses saberes tradicionais é fundamental para a construção de uma Universidade mais inclusiva, culturalmente sensível e socialmente responsável. Ao considerar os conhecimentos indígenas no ensino superior, os professores têm a oportunidade de ampliar a compreensão teórica e prática da disciplina. Isso possibilita

uma abordagem mais contextualizada e culturalmente apropriada, que reconhece a diversidade de experiências e perspectivas existentes no país.

Para efetivar essa inclusão, é importante que os professores sejam capacitados e atualizados sobre os conhecimentos indígenas, estabelecendo parcerias com lideranças e comunidades indígenas. É necessário promover um diálogo respeitoso, ético e colaborativo, onde os indígenas possam contribuir ativamente no desenvolvimento de pesquisas e nas práticas acadêmicas. Essa abordagem respeitosa valoriza a diversidade cultural, amplia o repertório teórico e prático dos profissionais em formação e contribui para a promoção da saúde mental e do bem-estar dos indígenas no ambiente

A psicologia enquanto campo do conhecimento tem muito a acrescentar na mediação de diálogos e viabilização de momentos construtivos entre as comunidades indígenas construindo de maneira colaborativa, levando em conta as particularidades de cada etnia, buscando evitar a reprodução das imposições históricas oriundas da sociedade dominante.

Existem no mundo atualmente centenas de etnias indígenas com históricos mais singulares e continuam a existir e resistir em seus territórios/terras e a desenvolver suas práticas culturais intrinsecamente ligada à espiritualidade, que para a psicologia são poucas as discussões sobre esse tema, muito por conta da dimensão em que a palavra “espiritualidade” remete, trazendo alusão ao sagrado alma e corpo ligado a noção das matrizes judaico-cristãs.

Para nós, indígenas, a “espiritualidade” diz respeito à luta pelo território que vai muito além de uma luta pelo que os não indígenas entendem por “terra”. Dos nossos ancestrais carregamos o sangue que corre em nossas veias e a memória repassada através das histórias, à relação entre as diferentes gerações, àquilo que nos faz continuar sendo o que somos, assim a “espiritualidade” é algo muito próprio e que ao mesmo tempo é imenso e forte, remetendo ao campo semântico de integralidade.

Nesse sentido, a psicologia trouxe elementos para pensarmos de como contribuímos para os demais, não somente para parentes indígenas, mas para todos, afinal estamos todos debaixo do mesmo céu. Um termo que ouvimos muito durante a graduação de psicologia, principalmente na psicanálise é o “Narcisismo”, desse termo dá para pensarmos do porquê esse ataque do nosso território ou algo relacionado, tipo o racismo e o etnocídio. O capitalismo traz uma ganância individualista, compartilhando uma concepção narcisista. A autora Bento (2002) nomeia essa ideia de *Pacto Narcísico da Branquitude*, dando para compreender muitas questões na relação do não-indígena com nosso povo.

Baseado nessa ideia, os últimos tempos tiveram um aumento da contrariedade nas comunidades indígena, devido ao narcisismo da branquitude e com apoio do governo passado,

cada um por si mesmo, individualista, priorizando somente a riqueza própria, esquecendo da natureza, do contexto histórico e até mesmo do coletivo, o que fez nosso povo sofrer bastante, afetando principalmente o “bem viver”, porque não se relaciona somente com o bem material, mas a tudo que pertence originalmente ao nosso universo, principalmente a nossa harmonia com a natureza que é o principal alvo de boa parte do homem branco, que utiliza somente para fazer papel (dinheiro), sem saber como essa natureza é tão importante para todos nós.

Frisamos novamente o porquê essa ideia de ocupar todos espaços, a valorização do indígena ser um médico, psicólogo, professor, doutor, enfermeiro, político, advogado e outros cargos, assim ocuparemos o espaços que o não indígena requisita até mesmo dentro do nosso território para ter um lugar de fala. Tem outro conhecimento dentro nosso território também devia ser compreendido por não-indígena, a curandeira que faz o papel do médico, anciões ou pajés que fazem o papel de psicólogo e outras profissionais da cultura que atuam até o dia de hoje, que o conhecimento ocidental coloca como invisível e inferior, mas para nós indígenas são a mesma coisa, muito da vez chega ser até a ser mais, porque ele que conhece a realidade.

Nos últimos anos, o protagonismo dos indígenas tem ganhado destaque na sociedade brasileira, com a nomeação de líderes indígenas para cargos importantes em diversas áreas. Essa tendência é um reflexo da luta histórica dos povos indígenas por seus direitos e reconhecimento. Nesse contexto, é importante destacar a nomeação de indígenas em cargos importantes no país. A liderança indígena Sônia Guajajara, que se candidatou à vice-presidência nas eleições de 2018 e vem liderando a luta pelos direitos dos povos indígenas como coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e que em 2023 se tornou Deputada Federal e Ministra dos Povos Indígenas.

Em 2019, Joênia Wapichana foi a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal no Brasil e atualmente exerce a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), tornando-se a primeira mulher indígena a comandar a entidade. Com isso, reforçamos também a importância de valorização das mulheres indígenas em grandes cargos.

Além dessas, há outros nomes importantes que se destacaram na luta pelos direitos indígenas, Ailton Krenak, escritor, líder indígena e ativista socioambiental; e Raoni Metuktire, líder indígena do povo Kayapó que ficou conhecido internacionalmente por sua luta em defesa da Amazônia; Davi Kopenawa, escritor, ator, xamã e líder político yanomami; Daniel Munduruku, pensador e escritor, tem trabalho tão importante de uma pedagogia do bem viver voltado principalmente para público infantil, que são o nosso futuro.

A nomeação de indígenas em cargos importantes é um passo importante para a preservação e o reconhecimento dos povos indígenas que têm sido historicamente

marginalizados e ignorados pelo poder político e econômico. É preciso continuar nessa direção, garantindo a participação efetiva dos indígenas nas decisões que realizaram suas vidas e seus territórios, e reconhecendo a importância de suas culturas e saberes para a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Outro ponto que achamos bastante relevante compartilhar nessa carta é sobre a cultura. Em quase todos assuntos discutidos entre indígenas e não indígenas é citado a cultura como um meio de dificuldade de resolução para certo tipo de problema, não como ponto positivo. Assim, pensamos até em uma analogia para isso, a cultura como se fosse um rio de separação, um lado nos indígenas e o outros os não indígenas. Nós, como indígenas, fomos forçado a criamos uma ponte para atravessar esse rio da separação, para conhecer as culturas, costumes, línguas, ensino e lei do não indígenas, enquanto boa parte dos não indígenas não se esforça para criar essa ponte, fica do outro lado do rio, somente demandando.

Assistimos hoje um crescimento de novas formas de intolerância e estamos aqui para combater o descaso com as populações indígenas, pois o genocídio mata o corpo físico enquanto o etnocídio atinge nosso espírito, nossa cultura, a forma em que vivemos, excluindo nossa essência. Precisamos superar a impossibilidade de conviver em igualdade nas nossas diferenças, esperamos que em um futuro próximo possamos partilhar o mundo com respeito entre todos os seres vivos, olhar e se reconhecer no olhar do outro com reciprocidade, criar pontes verdadeiras entre nós.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de saúde mental tem sido objeto de questionamento por diversos setores envolvidos na discussão da atenção psicossocial, especialmente devido à complexidade da perspectiva transcultural. Torna-se difícil chegar a uma definição única de saúde mental, uma vez que cada sociedade tem sua própria compreensão, e para muitas delas, o uso do termo "mente" é um constructo da sociedade ocidental moderna. No contexto da saúde indígena no Brasil, o termo "saúde mental" tem sido amplamente debatido, e propostos outros termos que melhor expressam esse conceito, como "atenção psicossocial em contexto indígena" ou "bem viver indígena". No entanto, ainda não há um consenso sobre os termos a serem utilizados. De maneira geral, entende-se que saúde mental, atenção psicossocial ou bem viver se referem a algo além da mera ausência de sofrimento ou doença, mas sim ao bem-estar individual, familiar e social/comunitário. A compreensão dos povos indígenas de encarar o mundo, deve ser levado como um pensamento integrado ao meio em que vive, onde pensar o bem-estar é pensar em todo o contexto em que ele está inserido. Para os povos indígenas, a terra é sagrada, a natureza é reverenciada e há uma profunda conexão entre todas as coisas.

O trabalho do psicólogo junto aos povos indígenas requer um comprometimento ético e político significativo. É importante que nos comprometamos em superar todas as formas de discriminação cultural e étnica em relação a essas comunidades. Além disso, esse trabalho pode contribuir para uma reflexão crítica sobre a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, buscando fortalecer o campo de produção da Psicologia nessa área. Também é essencial promover a inclusão dessa temática no ideário político da Psicologia brasileira, a fim de garantir a visibilidade e a defesa dos direitos dos povos indígenas. Ao abordar essas questões, o comprometimento ético e político nos permite contribuir para a superação das desigualdades e injustiças enfrentadas por essas comunidades, bem como para o fortalecimento da Psicologia como um campo comprometido com a diversidade cultural e a promoção do bem-estar social.

Neste trabalho, nós nos dedicamos a trazer a importância de valorizar e respeitar a diversidade cultural e étnica presente em nossa sociedade, compartilhando conhecimentos que possam contribuir para a promoção de material científico, buscando através desta pesquisa, trazer à tona questões históricas do desenvolvimento das discussões sobre a psicologia e os povos indígenas, com o objetivo de ampliar a conscientização e o diálogo sobre suas realidades e desafios a partir de nossas próprias vivências como estudantes e futuros psicólogos. Sabemos que muito ainda precisa ser feito e que é apenas entendendo o que veio antes de nós que poderemos traçar caminhos fortalecidos. Uma das conclusões a que chegamos nesse trabalho é

a de que precisamos expressar o compromisso em ouvir nossas vozes e lutar por nossos direitos, reconhecendo a riqueza da sabedoria ancestral e a necessidade de valorização da cultura e modos de vida únicos, conforme afirma...

Atualmente, mesmo com indígenas com mais de uma década de atuação, ainda não é possível definir com exatidão o lugar das psicólogas e dos psicólogos nas diferentes e imensas problemáticas e questões indígenas. Para nós, indígenas psicólogos imbuídos nos processos de aprendizagem de uma ciência europeizada, descolonizar e abrir espaço para a interculturalidade multiétnica brasileira é essencial (RODRIGUES, 2022, p. 9).

Esperamos que este trabalho possa contribuir para a superação das barreiras que ainda existem, fornecendo informações relevantes para a compreensão dos desafios enfrentados pelos povos indígenas e por psicólogos e psicólogas indígenas que atuam dentro e fora de seus territórios. Que este trabalho seja mais uma fonte de empoderamento, inspirando mudanças positivas e ampliando o respeito e a valorização de todas as culturas e identidades. Trabalhos futuros podem ser úteis no aprofundamento da análise das referências técnicas de atuação de psicólogos e psicólogas com base em suas experiências de trabalho junto a indígenas em seu território e em contextos urbanos. Esperamos, em breve, contribuir com essa perspectiva a partir das nossas experiências profissionais. Por fim, expressamos nossa gratidão a todos parentes indígenas por sua resiliência, conhecimento e sabedoria, e reafirmamos nosso compromisso em continuar a aprender para poder lutar e trabalhar juntos em busca de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DOS(AS) PSICÓLOGOS(AS) INDÍGENAS (ABPISI). **Pintando a Psicologia de Jenipapo e Urucum: Narrativas de Indígenas Psicólogos(As) no Brasil.** São Leopoldo/RS: Casa Leiria. 2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, **Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2002.

BERNI, Luiz Eduardo V. A ciência, o índio e o Brasil: fundamentos para uma revisão epistemológica. *In*: CRP-SP. **Povos indígenas e psicologia: procura do bem viver.** São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 104-109

BERNI, Luiz Eduardo Valiengo. Psicologia e saúde mental indígena: Um panorama para construção de políticas públicas. **Psicologia para América Latina**, n. SPE, p. 64-81, 2017.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph. L. **A arte da pesquisa.** Tradução Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatórios do Conselho Nacional de Saúde: relatórios das conferências de saúde indígena.** 2015

BRASIL, Ministério da Saúde. **Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).** 2020

BRASIL. Conselho Indigenista Missionário. **A Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil.** Breve recuperação histórica sobre a política de assistência à saúde nas comunidades indígenas. Ed. Revisada (circulação restrita). 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942.** Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 20 out. 1942.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde (Funasa). **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.** 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 set. 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Manual de investigação/notificação de violências em povos indígenas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Atenção psicossocial aos povos indígenas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Manual de Investigação/Notificação de Tentativas e Óbitos por Suicídio em Povos Indígenas**. Brasília: 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Manual de monitoramento do uso prejudicial do álcool em povos indígenas**. Brasília: 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Manual de vigilância de uso de medicamentos psicotrópicos em povos indígenas**. Ministério da Saúde. Brasília: 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Estratégias de Prevenção do Suicídio em Povos Indígenas**. Brasília: 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Atenção psicossocial aos povos indígenas: tecendo redes para promoção do bem viver**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Portaria nº 2.759 (2007, 25 outubro). **Estabelece diretrizes gerais para a política de atenção integral à saúde mental das populações indígenas e cria o comitê gestor**. comunidades indígenas. ed. Revisada (circulação restrita) outubro de 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. **Psicologia e povos indígenas**. 2010.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO–CRP-6. **Povos indígenas e psicologia: A procura do bem-viver**. 2016.

COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael. **Cartas para o bem viver**. Livraria Boto cor de rosa, 2020.

DA SILVA PEREIRA, Priscilla Perez *et al.* Política de atenção integral à saúde mental das populações indígenas de Porto Velho/RO: a voz das lideranças. **Tempus–Actas de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. ág. 131-145, 2013.

GARNELO L, Macedo G, BRANDÃO LC. **Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2003.

GARNELO L, MAQUINÉ A. Financiamento e gestão do Subsistema de Saúde Indígena: considerações à luz dos marcos normativos da administração pública no Brasil. *In*: Langdon EJ, Cardoso MD, organizadores. **Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina**. Florianópolis: Editora da UFSC; 2015. p. 107-43.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lucia (org.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: MEC-SECADI; 2012.

GARNELO, Luiza. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. *In*: GARNELO, L.; PONTES A. L. organizadores. **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: MEC-SECADI; 2012.

GARNELO, Luiza; MACEDO, Guilherme; BRANDÃO, Luiz Carlos. **Os povos indígenas e a construção das políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ed. OPAS, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. p.44-46

GODOY, D. B. O A. Vozes do Brasil: diferentes identidades, um devir intercultural? *In*: CRP-SP. **Povos indígenas e psicologia: procura do bem viver**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 110-123.

GUIMARÃES, Danilo Silva. A psicologia e a questão indígena no Brasil. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver**. São Paulo: CRP SP, p. 178-188, 2016.

HOCHMAN, Gilberto; SILVA, Renato da. Campanhas Públicas, Populações (Quase).Invisíveis: endemias rurais e indígenas na saúde pública brasileira. *In*: TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). **Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e, p. 34-35, 2010.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. 2010.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Organização de Bruno Maia. Brasil: Cultura do Bem Viver, 2020.

LACERDA, Luiz Felipe B. Prefácio. *In*: **Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) no Brasil**. 2022.

MALDOS, Paulo Roberto Martins; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO–CRPSP. A contribuição indígena na construção do nosso futuro comum. **Psicologia e povos indígenas**. 2010.

MARTINS, André Luiz. Política de saúde indígena no Brasil: reflexões sobre o processo de implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, **Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 2013

MENEZES, C. M.; SILVA NETO, W. M. de F. Psicologia Indígena: cartografando devires.. **Perspectivas em Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 177–193, 2021

NIMUENDAJÚ, Curt. **The Serente**. Los Angeles: The Southwest Museum, 1942.

NOAL, Débora da Silva; DAMÁSIO, Fabiana. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: **Povos indígenas no contexto da COVID-19**. 2020.

NOLASCO, G. R. S. . Clãs xerente: nomes, narrativas e prerrogativas Associadas. *In*: **IV Fontes Históricas: Patrimônio da Sociedade**. Palmas. 2006.

PAIM, J. S. Modelos assistenciais: reformulando o pensamento e incorporando a proteção e a promoção à saúde. *In*: PAIM, J.S. **Saúde, política e reforma sanitária**. Salvador. COOPTECISC, 2002.

PIZZINATO, Adolfo; GUIMARÃES, Danilo Silva; LEITE, Jáder Ferreira. Psicologia, povos e comunidades tradicionais e diversidade etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

SCHROEDER, Ivo. Os Xerente: estrutura, história e política. **Sociedade e Cultura**, v. 13, n. 1, 2010.

SILVA, J. B. da; FILHO, J. M. M. de A.; CARVALHO, S. S. A proteção jurídica à saúde mental do indígena brasileiro. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 5, n. 7, 2017.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras; 2017.

WAYHS, Ana Clara Dorneles *et al.* **Políticas públicas em saúde mental indígena no Brasil**. 2019.

WELLS, James W. **Three thousand miles through Brazil: from Rio de Janeiro to Maranhão**. London: Sampson Low, Marston, Searle, & Rivington, 1886.